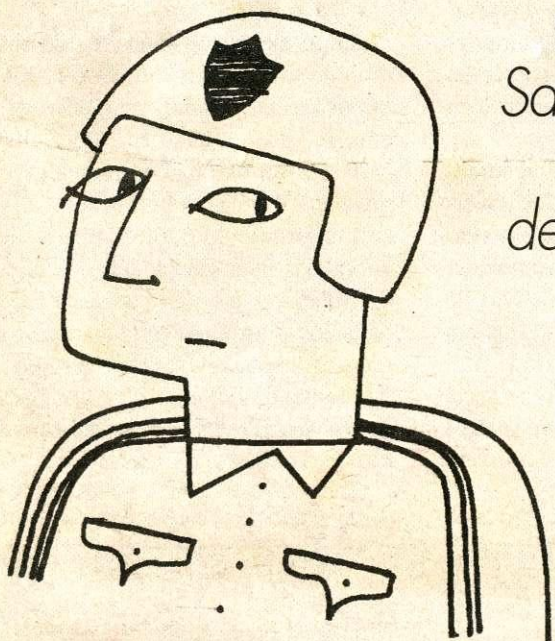


Saúde mental é matéria de lei

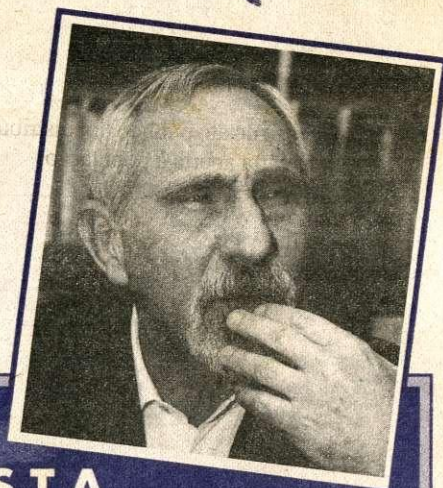


Governador sanciona lei para criação do Sistema de Saúde Mental na Polícia, mas veta artigos que permitiriam sua efetiva implantação. Políticos discutem formas de derrubar vetos e profissionais ligados ao setor consideram que Sistema é um dos pontos a ser discutidos sobre a questão da violência policial.

Páginas 8 e 9

LUTA ANTIMANICOMIAL

Comemorações do 18 de maio levam mais de 3 mil pessoas a eventos em todo o Estado de São Paulo. Na capital, CPI dos Manicômios termina seu trabalho com relatório que pede ao Ministério Público reformas no sistema de tratamento.
Páginas 10 e 11

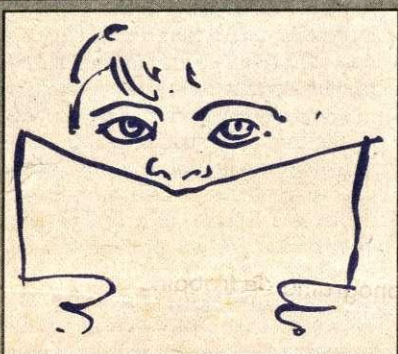


ENTREVISTA

Gregório Baremlitt

O ANALISTA INSTITUCIONAL ARGENTINO FALA DE SUA EXPERIÊNCIA EM SEU PAÍS E NO BRASIL E DEFENDE A NECESSIDADE DE QUE O PSICÓLOGO PESQUISE SEMPRE, PARA APROFUNDAR SEU CONHECIMENTO TEÓRICO.

Páginas 3 a 5



EDUCAÇÃO

NOVA LDB DEIXA ENSINO À MERCÊ DE ADMINISTRADORES E NÃO MENCIONA PAPEL DA PSICOLOGIA.

PÁGINA 14



XXVI CONGRESSO

INTERAMERICANO DE PSICOLOGIA

O EVENTO DEVERÁ MOBILIZAR CERCA DE 3 MIL PROFISSIONAIS. AS INSCRIÇÕES AINDA ESTÃO ABERTAS. VEJA NA PÁGINA 7

ORIENTAÇÃO

PSICÓLOGO NÃO PRECISA SE INTIMIDAR QUANDO CONVOCADO A COMPARECER PERANTE A JUSTIÇA. CONHEÇA OS DIREITOS E DEVERES DO PROFISSIONAL QUE LIDA COM O PODER JUDICIÁRIO.

PÁGINA 13

EDITORIAL

Violência policial: legislação e prevenção

O presente número do *Jornal do CRP* traz como matéria central a Lei 9.628/97, que institui o Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar paulista, aprovada pela Assembléia Legislativa em 11 de abril. O tema da segurança pública tem ocupado posição de destaque na imprensa e no conjunto de preocupações da população. Além disso, se implementada, a lei traria a oportunidade de contribuição mais consistente da psicologia para busca de soluções de problemas graves que envolvem a atuação violenta da polícia. Apesar do destaque ao tema, sabemos que não se pode esperar ingenuamente que a organização de um sistema de saúde mental possa, por si só, tornar a polícia menos violenta. Mas, sem dúvida, a iniciativa atacaria um dos fatores que contribui para seu agravamento.

O enfrentamento da questão da violência policial requer uma série de medidas, entre as quais podemos destacar a desmilitarização da polícia, o combate à impunidade e a melhor preparação do

policial, que deve receber treinamento e salário compatíveis com a complexidade das funções que desempenha. Nesse sentido, há várias iniciativas de setores organizados da sociedade e dos parlamentos federal e estaduais. A lei de criação do Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar paulista, de autoria do deputado Roberto Gouveia, é uma dessas iniciativas e refere-se à preparação do policial.

No entanto, a concepção original do texto aprovado pela Assembléia Legislativa foi quase toda descaracterizada pelos vetos do governador. Um dos dispositivos vetados foi o que se refere à priorização das ações preventivas de saúde mental dos policiais militares. Atualmente já existe na Polícia Militar o atendimento feito a policiais que se envolvem em operações de risco. Ou seja, o policial é atendido depois que o agravo de sua saúde mental se manifesta, o que em geral ocorre durante o desempenho das atividades. O dispositivo vetado pelo governador permitiria alterar a situação, fortalecendo as condições de saúde do poli-

cial. Apenas o trabalho preventivo pode trazer frutos na melhora da atuação do policial junto à população. O policial com boas condições de saúde mental estaria mais preparado para lidar adequadamente com a população. Além disso, qualquer cidadão emocionalmente mais autônomo está em condições de se opor aos desmandos e irregularidades institucionalizados e legitimados pela estrutura militar autoritária e antidemocrática. Estrutura esta oriunda da militarização das polícias estaduais no período da ditadura militar e que ainda se mantém, apesar do avanço do processo de democratização política do país.

Os vetos do governador são coerentes com a atuação da maioria dos governos estaduais e federal, que, por omissão ou por cumplicidade, têm se posicionado mais como opositores das iniciativas da sociedade do que como interessados em medidas que objetivam enfrentar, de fato, a questão da violência policial. Em geral pressionados pela imprensa e pela opinião pública quando algum fato criminoso es-

capa à barreira do silêncio e vem à tona, tomam medidas de grande visibilidade mas sem eficácia, apenas para responder às pressões do momento e não para encaminhar soluções permanentes. Aliás, os próprios governantes também se beneficiam da violência policial quando as polícias militares são utilizadas para reprimir manifestações populares, como tem acontecido freqüentemente nos últimos meses com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Sabemos que apenas o cuidado com a saúde mental não resolve o problema da violência policial, mas entendemos que, se esse cuidado for um elemento entre os outros citados, podemos estar presentes com nossa atuação profissional, contribuindo para a construção de condições mais dignas de vida para todos. Por isso, o CRP lutará para a derrubada dos vetos do governador apostos ao texto da lei que institui o Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar, como também estará presente em todas as iniciativas de combate à violência.

CARTAS

Psicologia no segundo grau

Ao ler a notícia: "Segundo grau quer excluir psicologia", no *Jornal do CRP*, março/abril - 97, senti-me indignado. Quanta insensibilidade....

Filosofia e sociologia ainda permanecem na parte diversificada. Agora, a secretária da Educação pretende excluir psicologia da parte diversificada. Essas disciplinas, encontrando amparo legal, poderão ser incorporadas ao núcleo comum. Eis a luta maior.....

Sabe-se que, na adolescência, ocorrem também as opções básicas, em curto espaço de tempo: escolha de uma filosofia de vida, de uma profissão e do(a) companheiro(a) de vida conjugal. Assim sendo, "o aprimoramento do educando" latente ao manifesto não pode prescindir da psicologia.

Que LDB é essa? Será retrocesso? Excluir o "neobobismo" sim, mas as perenes contribuições da "psicologia", não!

Atingiremos a modernidade sob a égide de uma política educacional antidemocrática?

Colegas, aliemo-nos efetivamente ao CRP e ao Sindicato, que, unidos, irão à Secretaria da Educação.

Parabéns ao CRP e ao Sindicato!

José Geraldo Macedo Meireles
CRP 06/9117

Orientação

Achei importante a matéria sobre orientação publicada na última edição do *Jornal do CRP*, que esclareceu aos profissionais as diferenças entre as entidades que representam os psicólogos.

Penso que o *Jornal* deveria publicar as dúvidas mais freqüentes recebidas no Centro de Orientação, como por exemplo as questões da legislação quanto a recibo de honorários, o que é preciso em termos de burocracia para trabalhar em consultório particular etc.

Acho a publicação das dúvidas e suas respectivas orientações muito úteis a todos nós, pois estaríamos atualizando-nos.

Ana Cristina de Lima Capelato

Di Loreto

Quero cumprimentar o *Jornal do CRP* pela entrevista feita com o psiquiatra Oswaldo di Loreto. Di Loreto sempre foi um expoente da nossa psicologia e é sempre muito enriquecedor ter contato com suas idéias e realizações.

Izabel Corduan
CRP 06/2221-8

Trabalho e saúde

Gostaria de parabenizar o CRP pelo evento realizado em São Paulo, "As questões sociais e do trabalho como determinantes das condições de saúde", pela importância do tema atualmente em nossa sociedade. Hoje nosso país passa por gravíssimos problemas nas áreas da saúde, educação, violência, trabalho etc. Cada um deles afeta em maior ou menor grau cada cidadão, cada brasileiro, que tem que vencer um leão a cada dia para sobreviver nesta selva de pedra.

Porém, o que mais me chamou atenção não foi a natureza das exposições feitas, que foram muito boas e críticas, mas sim a participação da nossa categoria na discussão de tal questão. Muitas vezes eu própria critiquei duramente a atuação do Conselho, afirmando que este não tinha compromisso com a sua clientela, por não promover debates e encontros. Mas qual não foi a minha surpresa ao ver que o quórum para tal evento era mínimo em relação aos lugares disponíveis.

A partir de tal situação comecei a pensar o porquê disso.

Lógico que devemos levar em consideração que fatores outros podem ter interferido na participação da categoria (horário de trabalho, família, filhos, lazer etc.), mas o núme-

ro de inscritos neste Conselho é bastante elevado, o que não justifica a não-participação.

Além disso, acho também que há o aspecto formação acadêmica. Afinal, o tema proposto à primeira vista excluiu o olhar clínico, exigindo a utilização de outros saberes mais voltados para os aspectos sociais e ocupacionais.

Será que a nossa formação eminentemente clínica/médica, que nos volta mais para o indivíduo, nos impede de ver que numa sociedade com graves problemas sociais é exatamente esse aspecto que necessita ser pensado e repensado por nós profissionais da "alma humana"?

Bem, aqui fica o registro do meu parecer acerca dessa temática, espero que nós, enquanto categoria, possamos mostrar a nossa utilidade na discussão dos problemas nacionais.

Gabriela Amanda Silva
CRP 06/43425-6

As cartas à redação devem ser enviadas datilografadas para a sede do CRP, à Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana - CEP 04038-004 - São Paulo - SP. Por uma questão de espaço serão publicadas resumidamente, a critério da redação.

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

EFETIVOS: Augusto Sérgio Callile, Cláudia M. Sodrê Vieira, Cláudia Medeiros de Castro, Cristina Amélia Luzio, Erane Paladino, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, Helena M. C. de Moura Hirye, Marcos Colen, Maria Costantini, Maria Cristina Pellini, Nelson D'Angelo Ribeiro, Othon Vieira Neto, Rosalice Lopes, Sérgio Luiz Braghini e Sidnei Celso Corocine.

SUPLENTE: Ana Maria R. de Carvalho, Anita Cecília Lofrano, Cassia Regina Rodrigues, Cassio Rogério D. Lemmos Figueiredo, Dayse Cesar Franco Bernardi, Glória E. B. Pires von Buettner, José Roberto Tozoni Reis, Luiz Humberto Sivieri, Nilma Renides da Silva, Roberto Moraes Salazar e Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro.

O *Jornal do CRP* é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Marcos Colen, Sérgio Braghini e José Roberto Tozoni Reis
Jornalista Responsável: Juliana Motta
Redação: Juliana Motta/Juçara Braga
Revisão: Dinorah Ereno

Diagramação e Editoração Eletrônica: Digital Artes Com. e Edit. (011) 605-6098
Impressão: Bangraf
Tiragem: 38.000 exemplares
Periodicidade: Bimestral

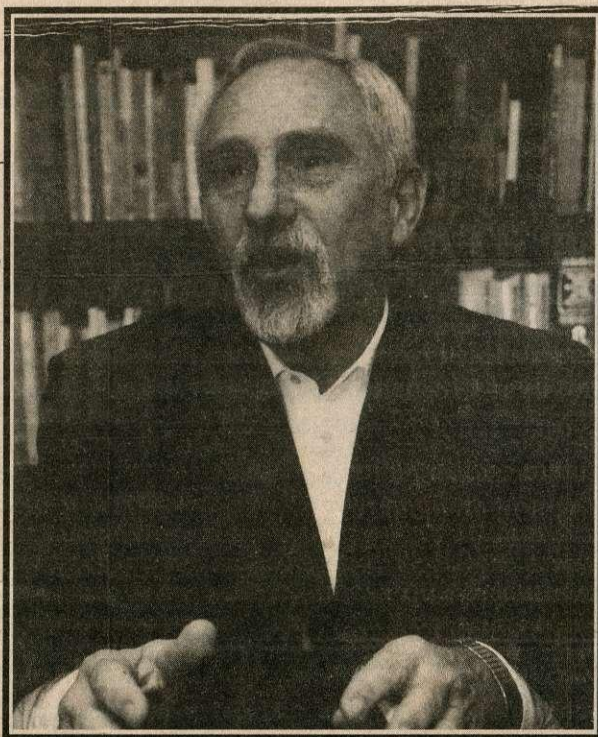
Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP - CEP: 04038-004
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857 - E-mail: crpsp@psicnet.com.br

ENTREVISTA

Gregório Baremlitt

Ecletismo, sim, banalidade, não!

Foto: Washington Alves



O argentino Gregório Baremlitt tornou-se conhecido por sua participação no Movimento Institucionalista, orientado para apoiar os processos auto-analíticos e autogestivos dos coletivos sociais. Sua trajetória, porém, teve início em Buenos Aires, onde formou-se em 1961 em psiquiatria. Após o curso regular e a especialização, formou-se como docente autorizado, título que equivale, no Brasil, ao doutoramento. Frequentou, também, a Escola de Psicologia Social de Pichon-Rivière. É, ainda, pós-graduado em sociologia. Frequentou durante quatro anos a formação na Associação Psicanalítica da Argentina, tendo saído à época da criação do Grupo Plataforma, o primeiro, no mundo, a romper com uma Associação Psicanalítica filiada à Internacional por motivos políticos.

Durante o período de atividades do Grupo Plataforma, foi diretor da Área de Docência e Pesquisa. Nessa mesma época participou, também como membro do Grupo Plataforma, da Coordenadoria de Trabalhadores de Saúde Mental, que reunia os sindicatos dos Psiquiatras, Assistentes Sociais e Psicólogos.

Entre todas essas atividades, era ainda militante político e teve que abandonar seu país quando o golpe militar deu início ao período da ditadura argentina. Chegou ao Brasil em 1978, por não ter sido aceito em Caracas, na Venezuela, por motivos políticos.

No Rio fundou, com um grupo de outros profissionais, o Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (Ibrapsi), que desenvolveu experiências mesclando os princípios da prática privada pura com os da prática comunitária, institucional. Durante os seis anos de atividades do Ibrapsi, participou da organização de seis congressos internacionais, da publicação de cinco livros e da formação das cinco turmas de profissionais psi que saíram da instituição.

Em 1982 um grupo de profissionais fundou em Uberaba, a Fundação Gregório Baremlitt, uma organização de saúde mental. Baremlitt, então, fundou posteriormente em Belo Horizonte, o Instituto Félix Guattari, que funciona integrado à Fundação de Uberaba. Foi também professor da Santa Casa de São Paulo, da PUC do Rio de Janeiro, da Uerj, da Universidade Federal, da PUC de Belo Horizonte e da Universidade La Plata, em Buenos Aires. Publicou 17 livros sobre sua experiência com a análise institucional, da qual é um dos maiores expoentes no Brasil. Em sua clíni-

TRABALHANDO NA LINHA DO QUE DENOMINA "ECLETISMO SUPERIOR", ELE DEFENDE A DENSIDADE TEÓRICA COMO BASE PARA O CONHECIMENTO DE NOVAS TÉCNICAS E EXPLICA POR QUE CONSIDERA QUE O PSICÓLOGO TEM QUE SER CONSTANTEMENTE CURIOSO, PESQUISADOR, INVENTOR E NÔMADE

ca, em Belo Horizonte, ele recebeu o Jornal do CRP para esta entrevista.

CRP - O senhor poderia fazer um paralelo entre a situação que as práticas psi enfrentaram nas ditaduras na Argentina e no Brasil?

Baremlitt - Cheguei ao Brasil em 1978, um período interessante. Estava no auge a luta de diversos grupos, como o que lutava pela anistia. No Ibrapsi, chegamos a trabalhar com o alto comissariado das Nações Unidas, em colaboração com a anistia.

A Argentina é uma encruzilhada cultural, sempre teve uma enorme influência européia, mas também teve influência americana. E tinha a primeira Associação Psicanalítica da América Latina. De outro lado, tinha uma forte vocação marxista. Mais tarde surgiram outras tendências de esquerda, como a peronista, os montoneros, o trotskismo, a esquerda maoísta etc.

É um país, portanto, de longa tradição psicanalítica, onde surgiram muitos profissionais nessa área. Mas o começo mesmo foi com Pichon-Rivière. Depois Bleger, Mari Langer e, a partir daí, já começam umas duas ou três gerações da mesma linha, mais ou menos

freudo-marxistas. Reich foi uma grande influência para nós, assim como Althusser. Houve também uma geração muito ativa, em que estavam Pavlovski, Miguel Matrar, do México, Luiz Horstem, Rafael Paz, Kuesselmann. Na Argentina sempre houve muito interesse por grupos e pela abordagem psicanalítica do grupo, ou psicodramática do grupo. Da mesma forma, havia um setor, que também era grupalista, mas não tinha compromisso político.

Já no Brasil, o matiz político desencadeou-se a partir de algumas figuras, de psicanalistas combativos e comprometidos com partidos políticos. Desde a época em que cheguei, eu sabia que há muito tempo havia um forte movimento grupalista, em Porto Alegre, no Rio de Janeiro, em São Paulo etc. Mas me parece que tinha menos dimensão, menos matiz político.

A expulsão de Hélio Pelegrino e Eduardo Mascarenhas da Sociedade de Psicanálise do Rio de Janeiro foi devido à militância que eles já tinham anteriormente. Esse foi um marco importante aqui, fundamentalmente em torno do conflito de Amílcar Lobo e Leão Cabernite. Houve muitas reviravol-

tas em torno desses casos. Eles foram expulsos, depois aceitos novamente.

CRP - O episódio Amílcar Lobo acirrou as discussões sobre a orientação política da prática psi. Há uma tradição da psicologia como instrumento de seleção e exclusão. Mas existe um movimento, político, que tenta colocar a psicologia como instrumento de promoção da vida, da não exclusão. Surgem movimentos importantes na saúde mental, como o da Luta Antimanicomial. Como é que o senhor vê a evolução, no Brasil, dessa questão?

Baremlitt - Gostaria de poder ser preciso no desenvolvimento dessa etapa da psicologia politizada antes de eu chegar ao Brasil, mas não sou capaz de fazê-lo. Sei que houve muitas tentativas. Houve gente da psicologia ligada às ligas agrárias etc., houve manifestações de psicologia política no campo cultural, na frente escolar, universitária etc. Quando cheguei aqui havia pessoas com longa militância nesse sentido. Algumas delas muito duras, extremas, outras mais suaves, mais democráticas, mas com inquietação política.

No momento da minha chegada, há uma questão delicada frente à qual eu me sinto um pouco ambivalente. Acredito que o Ibrapsi foi um ponto forte dessa repolitização. Mas, como fui um dos protagonistas disso, tenho pruridos para falar a respeito. Mas, modéstia à parte, o Ibrapsi organizou em 1978 um congresso em que conseguiu trazer aqui as 14 figuras mais importantes do mundo, representantes da politização no campo da saúde mental. Vieram, entre outros, Guattari, Basaglia, Casttel, Gofman, Tomas Szass e muitos outros. Esse congresso foi um momento muito importante. Embora o Ibrapsi não possa se atribuir tudo o que aconteceu depois, o fato é que a partir desse momento todos esses profissionais voltaram ao Brasil reiteradamente.

Então, eu diria que aí se iniciou um movimento de características um pouco diferentes

"Quando cheguei ao Brasil, havia pessoas com longa militância política. Algumas, muito duras, outras mais suaves e democráticas"

ENTREVISTA

"Algumas tendências da psicologia têm seu lado progressista mas são bastante reacionárias em outro sentido"

das que já existiam. Foi um momento politizado, mas com inspirações múltiplas e diversas. Já não era apenas democrático, liberal ou freudo-marxista, embora tivesse todo um espectro dessas posições. O institucionalismo propriamente dito tinha entrado no Brasil por meio de Lapassade, nos anos 70.

A luta antimanicomial, me parece, começou com a vinda de Basaglia ao Brasil. Eu acho que esse foi um momento muito transcendental. E a partir daí começou uma série de movimentos. Diferentes vertentes do institucionalismo, todos eles grupálistas e organizacionalistas e institucionalistas e movimentistas. Começou a análise institucional propriamente dita, porque em 1982 fizemos outro congresso em que convidamos os que haviam faltado ao primeiro, que eram Lourau, Mendell, Pavlovski etc. Então, com esses dois congressos completamos o panorama.

Nessa época também começou a se fortalecer o grupo Tortura Nunca Mais, o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental, a partir de São Paulo. E começaram a surgir figuras próprias aqui, com orientação combativa. Surgiu uma série de sociedades de grupo; por exemplo, as Clínicas Sociais de Catarina Kempler trabalhavam em grupo muito solidamente. Surgiram as sociedades de grupos do Rio de Janeiro.

CRP - Como o senhor avalia o desenvolvimento da luta antimanicomial ao longo do tempo e a etapa em que o movimento se encontra hoje?

Barembliitt - O que nós chamaríamos de Movimento Antimanicomial tem as seguintes inspirações: a psiquiatria democrática italiana, a psiquiatria comunitária inglesa, a antipsiquiatria, a psiquiatria libertária americana e, se podemos dizer, o institucionalismo, num sentido amplo, particularmente Foucault, Deleuze e Guattari.

Esse negócio vai fazer 50 anos. Na minha opinião a proposta já deveria estar plenamente realizada em todos os países. Acontece que houve refluxos, que têm a ver com os interesses econômicos e políticos das corporações que participam nesse campo, mas também com o contexto macropolítico. Houve refluxo nos EUA. O mesmo aconteceu na Itália. A psiquiatria comunitária inglesa é fraca. A francesa também é fraca. Na Espanha está meio tecnologicizada. Tem bons princípios, mas é mais tradicional. Na Suíça é como um templo de Brauer. E na Argentina houve uma forte regressão. É importante destacar também que apareceram outras tendências que têm seu lado progressista, mas que são bastante reacionárias em outro sentido.

E depois apareceu o que eu chamo de terceira ou quarta onda em psicologia, que é essa quantidade de propostas. Desde que surgiu a psicologia experimental, para separar-se da filosofia, a filha do século passado, veio aquela grande revolução, como disse Politzer, de quatro tendências: o comportamentalismo, a reflexologia, a teoria da gestalt e a psicanálise. A partir disso começou um florescimento e proliferação.

Até que chegamos a essa etapa em que o poliverso psi tem 500 extremos e isso vai se multiplicando ao infinito.

O que acontece nessa evolução? Acredito que a tendência, mesmo que não exclusiva, é uma despolitização e o que Castiel chama de transformação da psicologia, ou da psicoterapia, ou da psicopatologia, em sistemas de potencial humano, de cultivo da convivencialidade. Não se nega que isso tem muitos aspectos interessantes. Sobre tudo técnicos. Porque eu acho que teoricamente são cada vez mais fracos. Mas tecnicamente têm sido muito inventivos. Mas são despolitizados ou são politizados no sentido de uma democracia e de um humanismo vago. Sem falar em algumas práticas chamadas alternativas, que são perigosíssimas. Porque são mágicas, místicas, bastante alienadas. A enorme maioria dessas tendências da terceira onda são grupálistas, mas num sentido inespecífico.

CRP - O que motivou a ruptura do Grupo Plataforma com a Associação de Psicanálise da Argentina?

Barembliitt - A ruptura foi o efeito da dissidência em muitos níveis diferentes. É importante destacar que esse foi o primeiro grupo, no mundo, que se separou de uma Associação Psicanalítica oficial, filiada à Internacional, devido a motivos políticos. Não estou me referindo a questões de política institucional, e sim de macropolítica. Era uma decisão muito transcendental, porque a Associação Psicanalítica da Argentina era a segunda do mundo. Quem entrava lá não saía nunca mais. Naquela época iniciava-se na Argentina a repressão pesada. A atitude do Plataforma perante essa repressão foi completamente diferente da atitude da instituição psicanalítica.

Mas também havia uma diferença teórica. O Grupo Plataforma era predominantemente freudo-marxista e a Associação Psicanalítica era freudo-kleiniana. Havia também diferenças técnicas e quanto à vocação da aplicação da psicanálise a âmbitos sociais. A Associação Psicanalítica não era favorável a isso. Havia, ainda, diferenças quanto à política institucional de forma mais restrita, forma da pedagogia, custos da formação e maneira de seleção, maneira de promoção e conteúdos da formação, enfim havia uma grande discordância.

O Grupo Plataforma funcionou muito tempo dentro da Associação Psicanalítica até que, em 1971, porque se agudizava um pouco o panorama político, saímos de lá. Depois disso, continuamos nossas atividades por mais um ano, quando o grupo se dissolveu, entre outras coisas, porque boa parte dos participantes já estava se exilando e outra parte foi morta.

CRP - O senhor discorre, em vários dos seus trabalhos, sobre os grupos como estratégia de intervenção. Hoje, há várias tentativas de colocar os grupos como recurso técnico voltado para a maximização do atendi-

mento, já que permitem atender a um maior número de pessoas de cada vez. Como o senhor avalia essa tendência?

Barembliitt - Vamos avaliar um aspecto, porque todo esse panorama é muito complicado. De um lado, há uma ortodoxia psicanalítica de diversas origens, como o lacanismo, o kleinianismo etc., que são fanaticamente individualistas, contrários ao grupo e que afirmam que o grupo é um lugar de produzir enfermos, uma montagem do imaginário.

E há um enorme número de tendências que são grupálistas, mas que fazem um uso muito discutível do grupo. Alguns fazem um uso irreprovável, com uma boa teorização. Mas outras fazem uso de forma pragmática e inspirada mais pelo poder multiplicador econômico do mecanismo, com fins mercadológicos. Mas não sabem nada de grupo e o fazem mal. E aí no meio há algumas organizações de orientação grupálista teoricamente primária, mas que, socialmente, são muito respeitáveis, como por exemplo os Alcoólicos Anônimos. É complicado. O grupo, por si, como dispositivo técnico não define nada. A não ser por oposição a esses que deliram com o individualismo.

CRP - Mas, para o senhor, como deveria ser o grupo?

Barembliitt - A minha trajetória pessoal vai, desde o início, de uma concepção psicanalítica de grupo e passa por uma concepção psicossociológica do grupo, que fui mudando à medida que ia me formando. Primeiro eu era pichoniano, depois blegeriano, depois era meio althusseriano e acabei plenamente no institucionalismo, particularmente em Deleuze e Guattari.

Entendo o grupo como um dispositivo produtivo-desejante e revolucionário dentro da linha de Deleuze e Guattari. Essa é a minha atual atitude. E cada vez mais eu penso o grupo como um dos recursos de intervenção institucional não desvinculada dos espaços sociais onde atuam. Sou cada vez menos a favor do grupo de consultório, embora não tenha nada contra. Mas me parece melhor trabalhá-los em seu estado natural.

CRP - Há pouco tempo houve o episódio de um índio pataxó queimado vivo enquanto dormia em um ponto de ônibus em Brasília. Quando situações como essa acontecem a imprensa sempre busca explicações na psicologia. Como o senhor vê a expansão das práticas psi como instrumento de intervenção na realidade brasileira?

Barembliitt - Eu tentaria dar um enfoque que não fosse habitual. Há pouco tempo uma menina da classe média argentina foi raptada. A imprensa armou um escândalo, o país inteiro mobilizou-se devido a esse rapto. Não podemos rejeitar essa reação popular, porque ela é eticamente correta. Mas o que significa uma reação dessas em um país em que se calcula

que houve 5.000 crianças raptadas durante o regime militar? E durante muito tempo, na repressão, eram minorias que protestavam.

Realmente a memória de países como a Argentina é paupérrima. O que significa o escândalo pelo rapto de uma menina de classe média, e como é que esse país não está parado, tratando de recapitular e reparar os danos anteriormente causados? Eu invoco isso, com uma estrutura, com uma lógica que se pode aplicar para o caso do índio.

O Brasil é um país que eu amo, senão não estaria aqui. Mas é campeão mundial de muitas coisas terríveis. É quase o campeão mundial de distribuição injusta de renda, de distribuição injusta da terra, de acidentes de trânsito. Portanto, armar um escândalo em torno dessa expressão bárbara, de meninos da pequena burguesia de Brasília, só se justifica como um disparador para um amplo debate e reformulação da atuação interna. Agora, se isso vai ser utilizado para vender jornais... é absurdo.

CRP - Ou seja, o senhor acredita que, embora a condenação do grupo seja necessária, o caso não pode se encerrar aí.

Barembliitt - Há o problema das interpretações psicológicas, cujo paradigma talvez seja de alguns psicanalistas. Começam a falar em pulso de vida, pulso de morte e não sei o que e com isso não chegamos a esclarecimento nenhum. Porque dizem que todo mundo é assim. E que em determinadas circunstâncias todo mundo pode cair nisso. Isso não aclara nada no que diz respeito a quais são as condições históricas, políticas, sociais e econômicas que são capazes de deflagrar fatos assim. Fatos que têm um peso terrível, porque um ser humano é um ser humano. Não interessa particularmente se é índio ou não.

Mas, ao mesmo tempo, se isso é anedotizado e transformado em especulações acerca de uma suposta natureza humana, eterna, universal e invariável, não serve para nada. A não ser que seja utilizado como um analisador que permite compreender a situação complexa que é transdisciplinar, nacional e mundial. Que é a do capitalismo mundial integrado. Eu vou participar agora do Fórum Paralelo das Américas. Vamos tratar de entender o assassinato desse índio dentro de uma situação das Américas em que os índios são um dos tantos explorados, dominados, eliminados, mistificados. Mas 50% a 60% da população está na mesma situação. Então, ocupar-se disso? Claro, mas para quê?

CRP - Na realidade, a partir do momento em que adentramos o modelo neoliberal, quanto mais se prioriza o mercado, a vida humana passa a ser banal. Mas aí é que fica a questão sobre o que a psicologia tem a dizer sobre isso.

Barembliitt - A primeira coisa que a psicologia tem que fazer para que possa ser útil é falar da necessidade de uma "fala em coro" com outros estudiosos. Sozinha ela não pode dizer nada. E o que diz sozinha é ruim, porque é utilizado para hipertrofiar suas possibilidades e ignorar as outras e propor soluções assistenciais ou terapêuticas. Simplificar.

CRP - O senhor está levantando uma questão que vem sendo muito discutida hoje, que é a da multidisciplinariedade, interdisciplinariedade ou transdisciplinariedade. Muitos dizem que com isso a psicologia vem perdendo seu objeto de estudo. O que o senhor pensa a respeito?

Barembliitt - Há toda uma tendência mundial que pode ser interpretada de diversas maneiras e que fala de um novo paradigma. Cada um recebe a sua maneira. O holismo recebe a sua maneira, a esquizoanálise recebe a sua ma-

"Algumas tendências são grupálistas, mas fazem um uso muito discutível do grupo, de forma pragmática e mercadológica"

ENTREVISTA

neira e assim por diante. Mas a questão é que os objetos circunscritos, específicos e tradicionais, não podem mais ser objetos de conhecimento. A questão é que a relação sujeito-objeto está questionada e relativizada. Isso é um fato histórico irreversível. Então a psicologia ou a psicanálise estão perdendo seu objeto? Que elaborem o luto. Porque era um objeto imaginário. Foi um momento de uma metodologia analítica especificista que deu o que tinha para dar.

Mas agora tem que ficar claro que a realidade vem toda junta e não por objetos e que essa leitura epistemológica de que cada disciplina tem seu objeto é indissolvemente separada do profissionalismo, no sentido de corporativismo. Cada um tem seu negócio, cada um tem seu terreno. Isso não funciona mais. Até porque todas as conquistas tecnológicas do nosso século, desde as viagens interplanetárias até a informática, a telemática, a robótica, tudo isso é feito em conjunto. Nenhum especialista consegue fazer isso por conta própria.

CRP - Em alguns de seus textos teóricos, o senhor fala na construção de seu referencial e defende o ecletismo. Como ser eclético sem ser superficial, frágil teoricamente ou simplista?

Barembliitt - Deleuze, em seu livro sobre Hume, "Empirismo e Subjetividade", diz que o que esse autor fazia não era empirismo. Era empirismo superior. Minha proposta é uma paráfrase de Deleuze. O que proponho é um ecletismo superior. Se estudarmos bem a história da escola eclética em filosofia vemos que sua orientação era sumamente rigorosa. Porque ela se obrigava a conhecer uma grande quantidade de correntes filosóficas e tendências. Se autorizava a pegar de cada uma delas o que considerava como melhor, depois de analisar cuidadosamente o sistema do qual esse elemento fazia parte, e se permitia incorporá-lo a uma teoria que não era uma colcha de retalhos. Mas era uma nova invenção feita a partir desses elementos altamente selecionados, tomados de cada orientação. Era uma corrente difícil de assumir, porque significava um compromisso teórico e uma abertura incondicional, mas crítica.

Esse ecletismo superior é o que postulo, tanto para as teorias quanto para os procedimentos, as técnicas. Isso não quer dizer que eu não tenha uma na qual eu me sinto mais instalado. Mas eu me proponho a continuar estudando até o último dia da minha vida todas as teorias para ver o que posso tirar de cada uma delas com esse critério.

Existem 500 psicologias, as invenções técnicas são interessantíssimas, geralmente com bases teóricas fraquíssimas. Mas o paradoxo é que os movimentos ou correntes com bases teóricas fraquíssimas têm uma inventividade técnica assombrosa. Então, por que não tomar emprestados os elementos técnicos, lidos a partir dos referenciais de uma teoria bem consolidada, para ter uma parafernália, um arsenal que permita atuar em qualquer situação? Não se trata de propor a idéia do psicólogo pé descalço. Embora não seja má idéia.

Na minha opinião, o psicólogo tem que ser polivalente e servir para qualquer momento, qualquer situação, em grupo, em casal, em multidão, em organização, com uma plataforma teórica que tenha valores indiscutíveis contra a exploração, contra a dominação, contra a mistificação.

CRP - E que rompa com a especialização?

Barembliitt - Que rompa com a especificidade e com a profissionalidade sobretudo dentro de moldes exclusivistas. Se dividíssemos o número de psis em termos numé-

ricos, o resultado seria não sei quantas divisões de exército. Sempre vivi sonhando e atuando no sentido de transformar o universo psi em um campo de militância, porque seu potencial transformador é imenso. Só que, como vocês bem sabem, as coisas estão sendo ensinadas de tal maneira que, em geral, têm um destino reprodutivo ou antiprodutivo.

Os jovens psis não encontram trabalho nenhum pelas condições injustas de trabalho, mas também porque não se lhes ensina a produzir seu campo de trabalho. A inventar seu trabalho onde não há demanda habitual de seu serviço. Resultado: ou não trabalham, como acontece com uma enorme quantidade de profissionais, ou abrem um consultório e não trabalham também, ou trabalham pouco, ou fazem um trabalho com um vínculo empregatício que lhes força a obedecer incondicionalmente as condições patronais. Não se agrupam sindicalmente, como deviam, para defender seus direitos. E, no pior dos casos, se alienam em doutrinas ou práticas aristocratizantes, individualistas, reacionárias. Inclusive vemos, não com a frequência que deveria, alguns fazendo uma política tipo Robin Hood, em que têm o consultório e trabalham em outras coisas em outros lados.

Muito respeitável, têm que viver de algo. Há psicólogos ou psiquiatras que têm consultórios abertos, mas trabalham uma hora durante o dia. Então, esse é um potencial imenso para ser explorado socialmente. Mas para isso tem que mudar o critério de formação, o critério de agrupamento, o critério de prestação de serviço.

Isso foi o que tentamos fazer no Centro de Docência e Investigação do trabalhador de saúde mental, no Grupo Plataforma, no Ibrapsi, foi o que tentamos fazer aqui no Instituto e é o que muitos outros tentam fazer: formar um trabalhador de saúde mental capaz de atuar de forma transdisciplinar e capaz de fazer uma leitura complexa, política, social, histórica e psíquica de sua prática. Isso significa uma mudança radical do sistema de formação que está em vigência e que está feito para formar especialistas e profissionais no sentido restrito da palavra profissional. Isso, inclusive, vai contra a tendência histórica que é o desaparecimento do profissional liberal em todo o mundo. E essa transformação passa pela sala de aula.

Formar um agente para fazer o que em que panorama histórico? Para aceitá-lo, para adaptá-lo ou para revolucioná-lo, transformá-lo, criticá-lo? E isso precisa de um movimento ativo. Ninguém produz efeito só por exercitar uma prática psicológica. Não acredito que porque a gente faz consciente e inconsciente já cumpre um papel histórico. Tem que ver como define consciente, como define inconsciente e para quê.

CRP - O senhor se referiu à multiplicidade de técnicas e à fragilidade teórica de algumas delas. Os psicólogos estão numa situação paradoxal. De um lado há uma ampliação dos campos e setores de ação do psicólogo e, de outro, há uma condição de tra-

balho e um nível de remuneração massacrantes. Nessa conjuntura, essas técnicas exercem uma atração muito grande. Um bom exemplo, além das práticas que seguem preceitos místicos ou mágicos, é a neurolinguística, que acena com a possibilidade de resultados rápidos, o que é muito atraente nesse contexto. O senhor poderia comentar essa realidade?

Barembliitt - Em um dos livros básicos da esquizoanálise, "O Anti-Édipo", há um relato de um cerimonial terapêutico, de uma tribo primitiva, os nhembu. Esse dispositivo trata de um sujeito que tinha um problema que nós chamaríamos de neurótico, ou psicótico, como um dente incisivo de uma avó que o estava prejudicando. Como é o cerimonial montado para "curá-lo"? Toda a comunidade se reúne, dialoga, participa, opina e critica, dirigida pelo cacique e pelo bruxo. Tem música, tem festa, tem drogas (da maneira ritual que é consumida por eles), tem competições esportivas. E o afeto acaba curado.

De certo ponto de vista, veríamos isso como uma regressão em relação à racionalidade científica da modernidade. De outro ponto de vista é interessante ver que esse dispositivo primitivo transforma esse enfermo claramente num emergente comunitário e que tem uma dimensão biológica de seu problema, tem uma dimensão artística, tem uma dimensão cultural, tem uma dimensão mística, mágica. Mas se trata de tudo ao mesmo tempo, com a lógica que eles têm.

Então, eu acho que essa proliferação atual de propostas não pode ser desqualificada de entrada. Temos que ver o que se pode tomar de cada uma delas para construir um dispositivo que recupere esse senso de totalidade provisória que tinha a cerimônia primitiva, de multi e transdeterminação e de polimorfismo técnico. Esse é o lado positivo dessa proliferação que fundamenta minha proposta de conhecer cada proposta.

O problema é que cada uma dessas tendências, que tem sua leitura teórica em geral, específica e sua parafernália técnica, interpreta o mundo inteiro a partir de seu prisma. E exclui as outras. Então comete grossos erros, entre eles o reducionismo.

Quanto à neurolinguística é, basicamente, uma concepção biológica do funcionamento humano. A partir dessa base, eles fazem alguns acréscimos filosóficos, semióticos e dizem que resolve tudo. Não deve ser assim. Mas também não deve carecer de valores e temos que conhecê-los. Quando alguém diz que a neurolinguística, em seus cerimoniais coletivos, é capaz de curar uma fobia severa em cinco minutos, eu só posso ter a esse respeito um benévolo ceticismo. Ceticismo sim, porque eu sei como se constitui uma fobia e o que custa curá-la. Mas ao mesmo tempo benévolo porque quero ver como é que faz. Não basta dizer, como diz Lévi Strauss, que isso é eficácia simbólica, uma neurose substitutiva. Eu quero ver o que eles fazem, o que pensam. E algo parecido acontece, por exemplo, com a linha de Maturana. É biologista, reducionista e

"Quem quer legalidade e legitimação tem que colaborar na tarefa de tornar seu saber inteligível e criticável"

extrapola a linha filosófica e ética etc., questões cujo ponto de partida é biológico. Eu teria mil críticas a fazer, mas tem que entender bem para separar o joio do trigo.

Ou seja, temos que ser constantemente estudiosos, curiosos, pesquisadores, inventores e nômades. Porque, quando sentamos na cadeira e ficamos parados, já não avançamos mais.

CRP - A pesquisa nesse campo exige densidade teórica. Mas o mundo vem sofrendo um empobrecimento teórico muito grande e, muitas vezes, quando se vai buscar a densidade por trás dessas práticas não se acha. O próprio Conselho abriu essa discussão, mas não conseguiu interlocutores.

Barembliitt - Estou de acordo com essa crítica porque, quem quer legalidade e legitimação, autorização, tem que colaborar na tarefa de tornar esse saber inteligível, criticável. Caso contrário, temos que suspeitar. Também há casos em que a orientação é no sentido de que se trabalha no campo do indizível, do inefável e que não dá para trocar a respeito. Não importa, pelo menos que se preste para dialogar.

CRP - A posição do CRP-06 em relação a essa questão é que qualquer cidadão pode praticar a técnica que lhe convém, desde que não parta do princípio que toda prática voltada para ajudar o ser humano é psicológica. Mas a questão é por que tais práticas, hoje, precisam se justificar pela via da ciência?

Barembliitt - Esse é o grave problema do aspecto ético-jurídico e profissional. É muito delicado esse assunto. De um lado, não se pode abrir a prática autorizada e legalizada para todo mundo que acha que tem algo para fazer. Mas, por outro lado, se observarmos a evolução desse campo, tudo o que em algum momento foi alternativo, marginal, acabou sendo oficializado. Então a questão é de bom senso. É de criar um espaço onde isso possa ser socializado, trocado. Porque eu acho que uma das coisas que a ciência e a modernidade trouxeram e da qual não podemos prescindir é a socialização do conhecimento.

CRP - Como o senhor pensa na atuação dos conselhos profissionais?

Barembliitt - Considero que são absolutamente necessários e que cumprem uma função ética, científica e profissional fundamental. Por outro lado, tenho uma convicção extraída de muitas idéias, das quais mencionarei apenas uma, que é a de Reich. Ele dizia que a única greve que se justifica é a geral. Eu acho que o mesmo critério de ecletismo superior que proponho aplicar às teorias e às técnicas tem que ser aplicado aos organismos de classe, profissionais etc. Eles têm que trabalhar conjuntamente e com um objetivo muito amplo, relacionado aos problemas essenciais que vive a sociedade em que atuam. Nenhum critério de especificidade e de profissionalidade justifica a alienação dos problemas da cidadania, dos problemas da vida humana. A atuação tem que ser sempre por grandes alianças.

"Postulo um ecletismo superior tanto para as teorias quanto para os procedimentos. O psicólogo tem que ser polivalente"

COMPORTAMENTO

Tecnologia altera relação da criança com a cultura

Já não é novidade que as modernas tecnologias têm transformado aspectos importantes da vida social. O que os especialistas estudam agora é de que forma tais mudanças podem interferir na estruturação psíquica e no aprendizado das crianças. “De modo geral, as novas tecnologias provocam transformações na relação das crianças com a cultura, nas suas posições subjetivas e nos laços sociais que as incluem”, opina o psicanalista Alfredo Jerusalinsky, diretor do Centro Lídia Coriat de Estudos e Tratamento dos Problemas do Desenvolvimento Infantil e da Adolescência, de Porto Alegre e Buenos Aires.

De acordo com as explicações do psicanalista, pode-se inferir que os problemas passaram a ser as determinantes da posição e do valor de cada pessoa. Numa sociedade projetada para ser composta por indivíduos, diz ele, o reconhecimento, a partir da era industrial, passa a ser determinado, cada vez mais, pelo que cada um tem e pelo que seu pensamento racional lhe permite construir.

Esse novo perfil social contrasta com a sociedade clássica, explica Jerusalinsky, na qual o valor de cada indivíduo dependia ora de sua relação com Deus, ora da origem de seu berço. A partir dessas transformações, analisa Jerusalinsky, é possível compreender por que São João Batista de Lasalle, conhecido como “santo pedagogo”, fundador da escola moderna, propôs uma pedagogia standard, “que substituísse o ensino do espírito pelo ensino das coisas”. Nasce aí a primeira metodologia pedagógica igual para todos, diferente do que se praticava até então, sustentada no ensino transmitido por tutores.

“Com o advento do positivismo”, continua Jerusalinsky, “os objetos e as coisas assumem um papel central, alimentados pela sociedade industrial, que promete a fabricação de objetos totalmente adequados, capazes de produzir felicidade”. As crianças tornam-se, então, destinatárias de uma profusão incalculável de objetos fabricados especialmente para elas; são miniaturas de todas as espécies de objetos culturais, simuladores de todas as operações que caracterizam a vida social. Com isso, têm a possibilidade de guiar pequenos automóveis, pequenos aviões, operar computadores “e explorar os territórios mais diversos, encenando as guerras mais dramáticas”, afirma o psicanalista. Da mesma forma, a diversidade da oferta

permite a montagem de objetos animados destinados à diversão, como palhaços, macacos, bonecas que falam, caminham e dançam, papagaios que repetem a voz humana.

As coisas, movidas a pilha, têm voz; a TV dedica horas ao entretenimento infantil com desenhos que têm vida. “No centro dessa folia, a criança passa do simbólico ‘sua majestade, o bebê’ para o imaginário virtual, ‘o rei das coisas’; um rei de duvidoso poder porque, à medida que se acumulam, em seu quarto, brinquedos e mais brinquedos, ele passa a correr o risco de ser expulso de seu próprio dormitório por seus bichinhos de pelúcia”, conclui Jerusalinsky, apontando como uma das características desses brinquedos a sua produção standard.

Tudo isso submete a criança não apenas a um currículo escolar uniforme, mas também a uma programação estandardizada de sua relação com a cultura. Tudo fica ordenado em seus mínimos detalhes, afirma Jerusalinsky, observando que “o fato de a cultura fabricar objetos supostamente adequados à infância permite que a sociedade programe as crianças de modo detalhado, deixando pouco espaço para o acaso”.

Dessa forma, “suprime-se grande parte da perspectiva aleatória necessária para que cada um possa fazer sua própria história; esse é o grande problema”, constata o especialista. Em outra vertente, Jerusalinsky considera as transformações ocorridas na posição do personagem paterno. “O pai não intervém jamais na pro-

dução dos brinquedos, tampouco é fonte de saber confiável, já que as enciclopédias o superam.”

Assim, o pai não é mais a pessoa consultada para decidir sobre aspectos cruciais da vida do filho, pois existem especialistas para isso. “Pediatras, pedagogos e psicólogos são os novos amores da mãe”, diz Jerusalinsky. “Amores científicos, claro.” Vale, então, questionar que sujeito será engendrado a partir de um amor científico. “A proveta, como metáfora experimental, está presente em todos os cantos da vida infantil”, diz.

Certo de que “o setor masculino social está em baixa”, inclusive graças à perda da importância do esforço físico no trabalho, substituído pela robótica, Jerusalinsky observa que o homem “vem perdendo porções significativas de sua maneira de representar-se no discurso social”. E a criança vê-se, assim, com um pai que pouco sabe e pouco vale no contexto geral, conclui o psicanalista.

Para completar, a televisão substitui, por horas, o relacionamento social. Até que ponto essas transformações serão benéficas ou prejudiciais à criança, segundo Jerusalinsky, é uma questão que só a história poderá responder. Na opinião de Mario Sergio Vasconcelos, professor de Psicologia do Desenvolvimento na Unesp de Assis, no interior de São Paulo, as modernas tecnologias têm efeitos positivos e negativos sobre a criança. Ele acredita que elementos novos não atrapalham, mas defende a criação de novas formas

de relacionamento com a criança.

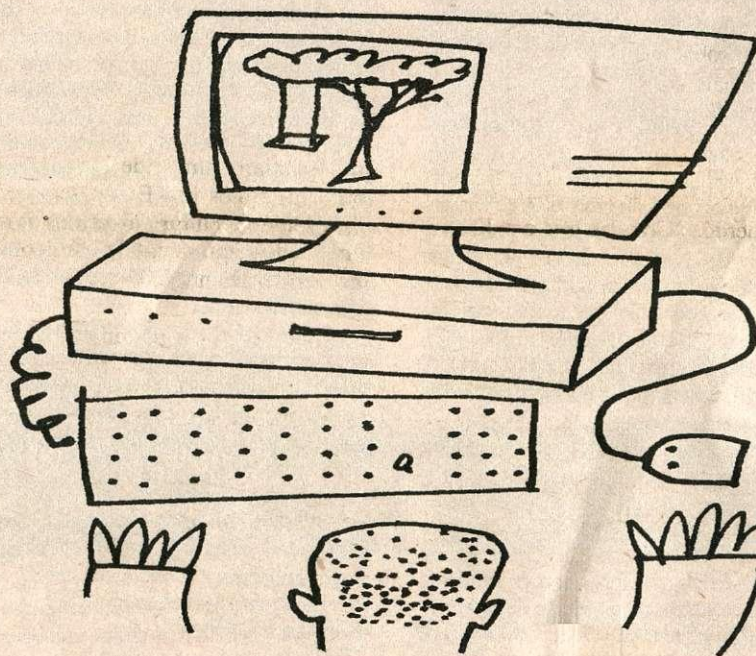
“A criança incorpora novos elementos de acordo com sua estrutura de pensamento e, dentro dessa estrutura, ela cria novas hipóteses cognitivas para relacionar-se com esses novos instrumentos”, define Mario Sergio, observando que, nesse sentido, o computador pode ser melhor do que a televisão, inclusive favorecendo o desenvolvimento, pois é interativo. O uso demasiado do computador, entretanto, após os 7 anos de idade, pode interferir no relacionamento da criança em grupos, parte fundamental ao seu desenvolvimento.

“É importante pensar no relacionamento da criança com o computador como um ato de brincar, pois expande o imaginário infantil, permite criar novas possibilidades conceituais em relação à realidade e estimula a confiança na possibilidades, que não se esgota no ato, mas permanece no imaginário da criança”.

O psicólogo da Unesp alerta, porém, para o fato de que a atividade, quando muito repetitiva, perde qualidade, pois reduz a possibilidade de expansão do imaginário. Os games que se repetem, por exemplo, chegam a um ponto que não oferecem mais motivação, “a não ser que a criança esteja num momento em que a repetição seja importante”. Por isso, sugere Mario Sergio, é preciso trocar sempre os programas, que não devem ser ditatoriais, dizendo o que a criança tem que fazer, mas interativos.

A televisão contribui para o imaginário infantil, na opinião de Mario Sergio, mas é limitada, pois não permite a interação da criança com o objeto, o que é fundamental para o desenvolvimento infantil. O professor da Unesp não considera o excesso de brinquedos um problema. Segundo ele, “o problema é a substituição das brincadeiras tradicionais, como o faz-de-conta, por exemplo, pela parafernália de brinquedos que surgem; isso faz com que a criança reduza suas atividades de criação”.

O avanço tecnológico, de qualquer forma, oferece produtos que desempenham papéis até então exclusivos dos adultos no mundo infantil. O videocassete, por exemplo, substitui o contador de histórias, como lembra o neuropsiquiatra e psicólogo Haim Grünsputm. Ao analisar o papel do videocassete, ele observa que os pais, que se queixavam dos programas que os filhos assistiam na TV, não perceberam que o



COMPORTAMENTO

videocassete poderia servir de instrumento seletivo sobre os programas da TV.

De qualquer forma, Grünspum considera que, com o videocassete, os pais ganharam maior influência sobre parte da educação dos filhos. Quanto aos videogames, ele afirma que as desconfianças dos pais têm fundamento. Afinal, "os videogames são hipnóticos, as crianças não conseguem desgrudar-se" e isso pode restringir outras atividades, como o esporte, por exemplo. Cabe também questionar a violência dos jogos, que pode influir na personalidade da criança.

Para avaliar os efeitos dessa violência que leva as crianças ao delírio, Grünspum afirma que foram feitas algumas investigações com crianças e também com adultos que foram campeões

de videogame na adolescência. Sobre o significado da violência nos jogos, a resposta mais freqüente foi: "Para mim, significava passar de fase". Embora admita que esse resultado trouxe um certo alívio, Grünspum considera ainda muito cedo para afirmações definitivas, "pois a introdução dos games é muito recente para resultados psicológicos confiáveis".

No conjunto, Grünspum observa que os games agem sobre a estratégia, a lógica, a presteza e o cálculo, propiciando "rapidez e fluência na linguagem, independente do conteúdo, que não fica mais rico". Segundo ele, foi observada também uma especialização maior de funções do hemisfério cerebral esquerdo. "Grandes aficionados de videogames dirigiram-se mais para áreas exatas do que outros", conclui o médico.

Quanto à televisão, Haim Grünspum observa que os pais não faziam críticas à escalada das cenas de violência e crueldade devido a uma espécie de concessão, muitas vezes inconsciente, pois a tela mantinha seus filhos em casa. Essa proteção levou os pais a não se preocuparem com a influência de determinados programas na personalidade futura de seus filhos. Tal distorção, originária da década de 50, ainda permeia as observações e conclusões da década de 90, afirma Grünspum.

Como exemplo, ele observa que os pais que assistiam filmes de banguê-banguê com seus filhos nos EUA "continuaram alimentando a cultura discriminatória do começo do século quando o único 'mocinho' era o branco e, quando possível, montado num cavalo também branco". A América, avalia o psiquiatra, paga, até hoje, a educação assim transmitida dentro de suas casas, "quando todos torciam juntos para que o índio fosse eliminado ou considerando que o negro, não sendo escravo e bonzinho, merecia todas as perseguições e injustiças".

Haim Grünspum frisa que a televisão direciona a cultura, mesmo não a criando, e pensa que "é melhor deixar a TV trilhar sua trajetória e tentar dominar novas tecnologias que poderão tornar-se mais úteis para a educação".

O computador, por sua vez, "é o segredo para facilitar os relacionamentos familiares", diz o psiquiatra, que não tem dúvidas: "A era tecnológica criada pelo computador vem para transformar tudo na vida familiar, facilitando tarefas escolares e mudando a natureza das atividades de lazer". Ainda na década de 80, lembra Grünspum, os diálogos dos pais com os filhos mudaram: "Você conseguiu acessar o programa? Formatou o disquete para instalar as modificações no drive?"

A era da informática está começando e as crianças estão compreendendo e aprendendo, mais precocemente que as outras gerações, a decifrar os códigos do enigma. "Vamos deixar por conta delas o resultado. Parece que a nova era não faz aumentar a inteligência, simplesmente ativa maior número de células."

II Encontro de Educação Especial

LANÇAMENTO DO LIVRO:
"EDUCAÇÃO ESPECIAL EM DEBATE"

Local - Centro Cultural São Camilo - Av. Nazaré, 1501 - Ipiranga

Organização:
Conselho Regional de Psicologia-06/SP

Inscrições gratuitas - Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana - FONE: 574-7133

PROGRAMAÇÃO

dia 13/06/97
das 9 às 12h

Mesa 1 - "A realidade educacional brasileira e a produção da deficiência"

Coordenação - Célia Marcondes Marques (membro do Projeto Educ. e Saúde do CRP-06)

Participação:

- Otaviano Helene (prof. da Universidade de São Paulo - USP)
- Gilberta Januzzi (profa. dra. da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp)
- Rosita Edler Carvalho (profa. dra. do Inst. Nacional de Educ. de Surdos - Ines - RJ)

das 14 às 17h

Mesa 2 - "As práticas bem-sucedidas de inclusão no contexto educacional"

Coordenação - Graziela Perosa (membro do Projeto Educação e Saúde do CRP-06)

Participação:

- Iracema da Costa Baumyer (profa. da Rede Estadual de Ensino - Americana - SP)
- Marli Vizim (pedagoga da Rede Municipal de Educação do Mun. de Diadema - SP)
- Maria das Graças Coral (profa. dra. da Univ. de Santa Catarina - UFSC - a confirmar)

17 h

Coquetel de lançamento do livro "Educação Especial em Debate"

(textos do I Encontro de Educação Especial)

Dia 14/06/97
das 9 às 12h

Mesa 3: "Intervenção psicológica: novas perspectivas para a superação de antigos impasses"

Coordenação: Carlos Roberto Torres Damião (coord. da subseção de Campinas do CRP-06)

Participação:

- Adriana Marcondes Machado (psic. do Serviço de Psicologia Escolar da Univ. de São Paulo - USP)
- Ana Maria Torezan (profa. dra. da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp)
- Albertina Mitjans (profa. dra. da Universidade de Havana - Cuba)

das 14 às 17h

Mesa 4: "Classe especial em busca da extinção"

Coordenação: Maria Costantini (conselheira-vice-presidente do CRP-06)

Participação:

- Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região - Glória E.B. Pires von Buettner (conselheira do CRP-06 - profa. dra. da Pontifícia Univ. Católica de Campinas - PUCCamp)
- Assoc. de Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - Apeoesp - representante
- Assoc. Bras. de Pesquisa em Educ. Especial - ABPEE - Júlio Romero Ferreira (prof. dr. da Universidade Metodista de Piracicaba)
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA - representante

Psicologia em questão!

O processo de integração da psicologia no Mercosul", "Atualização na abordagem psicológica em doentes terminais", "Sociedade civil na ótica da psicologia organizacional", "A investigação psicológica na América Latina", "Psicologia jurídica: diferentes modalidades e novas perspectivas de atuação do psicólogo", "Questões atuais da ecologia atual". Estes são apenas alguns dos temas que estarão sendo discutidos na PUC de São Paulo entre os dias 6 e 11 de julho deste ano, durante o XXVI Congresso Interamericano de Psicologia, que deverá contar com cerca de 3.000 participantes. Segundo informações da presidente do evento, Regina Maluf, serão em média 35 atividades simultâneas, diariamente entre 8h e 19h, além de espetáculos artísticos, feira de livros e uma já esperada happy-hour para que os participantes possam pôr em dia tudo o que foi visto nas atividades formais do congresso.

O evento será dirigido a estudantes, profissionais, pesquisadores e acadêmicos, já que, além de trabalhos teóricos, terá também a exposição e discussão de experiências de áreas aplicadas. Regina informou, ainda, que "este ano teremos muitos trabalhos voltados para a problemática social da América Latina. E, apesar de o Congresso se destinar à discussão dos problemas dos países de continentes americanos, teremos a apresentação de trabalhos de psicólogos de outros locais, como Austrália, Espanha, França, Suíça,

África do Sul, Japão e Israel".

Esta é a terceira vez que o Congresso Interamericano se realiza no Brasil (os anteriores foram nas décadas de 50 e 70) e, além das áreas clássicas da psicologia, também serão abordados aqueles setores em que os profissionais psi começam a acumular experiências, tais como a psicologia do esporte, psicologia ambiental, psicologia jurídica e psicologia aplicada a sistemas inteligentes. Serão cerca de 60 conferências, 55 simpósios, 85 mesas-redondas, 182 sessões temáticas, 360 pôsteres e 82 workshops, além de 40 apresentações audiovisuais. As grandes conferências e simpósios, proferidos por estrangeiros, terão tradução simultânea.

Os preços das inscrições são variados. Após o dia 30 de maio, os preços são os seguintes: sócios da Sociedade Interamericana de Psicologia - R\$ 120,00; não sócios - R\$ 145,00; estudantes sócios da SIP - R\$ 100,00 e estudantes não sócios - R\$ 120,00. Os interessados devem procurar sua ficha de inscrição nos seguintes locais: Secretaria da PUC, pelo tel. (011) 873-3763 ou pelo fax (011) 222-4750. Os e-mails do Congresso são: sipcom97@usp ou sipcom97@org.usp.br. O evento também dispõe de home page onde os interessados podem buscar a ficha de inscrição: www.usp.br/ip/sipcom97. Para quem não dispõe de meios para contatos via computador, o endereço é: XXVI Congresso Interamericano de Psicologia - Caixa Postal 66.065 - CEP 05315-970.

Sofrimento mento

O governador Mário Covas aprovou, em maio deste ano, a Lei 9.628/97, que institui o Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar, numa medida que deu início a mais uma temporada de pirotecnia política em que, geralmente, quem sai perdendo é o cidadão. Por um lado, a lei tocou numa das questões que mais preocupam o brasileiro nos últimos tempos: a violência policial e a segurança pública. Por outro, agitou os meios policiais, políticos e profissionais que trabalham com saúde mental, provocando discussões cuja conclusão mais clara até o momento é a de que, em que pese o direito inquestionável dos policiais ao acesso a bons serviços de saúde mental, como qualquer cidadão, a iniciativa isolada de criar um serviço para prevenir e tratar os militares acometidos por sofrimento mental não os envolvendo policiais fardados, sancionou o projeto de lei 426/96 do deputado Roberto Gouveia, numa tentativa de demonstrar preocupação com a questão da violência e agradar à opinião pública. Mas vetou os artigos que a tornariam viável. Segundo informações de Roberto Gouveia, "o comando da PM pediu o veto total ao projeto".

Ao que tudo indica, no entanto, não há posição hegemônica na PM quanto à criação do Sistema de Saúde Mental. O capitão da PM Josué Filemom Ribeiro Pereira, por exemplo, procurado pelo *Jornal do CRP*, declarou-se favorável à aprovação da lei: "O mérito dessa lei é a linha filosófica que segue, deixando clara a importância do trabalho interdisciplinar, da não internação, das garantias que se deve dar ao doente mental. É uma abordagem interessante, que reconhece que o ser humano é uma entidade complexa, que não pode ser tratada só com psiquiatria, psicologia ou medicina geral".

Contudo, os temas a que se refere o capitão fazem parte, justamente, dos artigos vetados pelo governador. O projeto original falava na internação como último recurso, como no artigo 2º parágrafo VII que dizia: "O Sistema de Saúde Mental da Polícia Mili-

tar desenvolverá ações predominantemente extra-hospitalares, na forma de programas de apoio à desospitalização, enfatizando a organização e manutenção de redes de serviço e cuidados assistenciais, visando à recuperação da saúde mental do policial militar acometido de transtorno mental e sua reinserção na família, no trabalho e na sociedade". O mesmo artigo, em seu parágrafo X, dizia: "A internação psiquiátrica de policiais militares será utilizada como a situação de atendimento na PM basicamente inalterada, já que a corporação já dispõe de um modelo de atendimento psiquiátrico, voltado para a internação".

Mesmo assim, há quem diga que os vetos do governador não chegaram a representar uma derrota, já que, de acordo com as regras do jogo democrático, a lei deverá retornar para uma nova apreciação da Assembleia Legislativa. E nessa fase os vetos poderiam ser derrubados. Isso, pelo menos, é o que espera o autor do projeto, que planeja iniciar uma nova rodada de negociações políticas com os deputados para a próxima etapa de votações. "Os vetos ainda vão passar pelo crivo da Assembleia Legislativa. Alguns, acredito que vamos derrubar, porque falam de questões que já constam no artigo 33 (que dis-

GOVERNADOR SANCIONA LEI PARA CRIAÇÃO DO SISTEMA DE SAÚDE MENTAL
POLÍTICOS DISCUTEM FORMAS DE DERRUBAR VETOS E PROFISSIONAIS
A SER DISCUTIDOS SOBRE A Q

põe sobre o sistema de saúde mental) do Código de Saúde do Estado, uma lei já aprovada. Por exemplo, o governador vetou os parágrafos VI, VII e VIII do artigo 2. Eu vou para a tribuna e quero ver qual é o deputado que vai defender esse veto".

Psicoterapia e psicologia

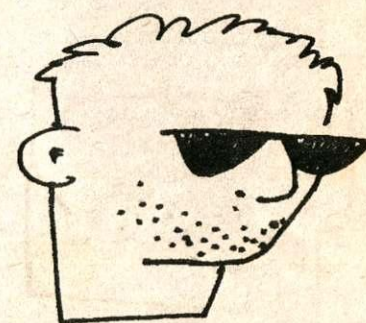
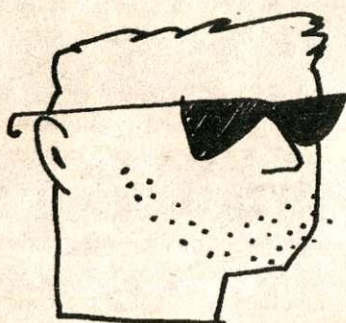
Enquanto corre a batalha política, o aparato de saúde mental do qual a PM dispõe, além de ultrapassado, tem se mostrado insuficiente para atender de. "Apenas a clínica de ortopedia compete com a Divisão de Psiquiatria e Psicologia", informou o deputado.

Segundo informações de Filemom, a PM dispõe de uma Diretoria de Saúde, à qual estão agregados todos os serviços do setor (odontológico, médico farmacêutico etc). Dentro do Hospital Militar existe uma Divisão de Psiquiatria e Psicologia, basicamente formada por médicos psiquiatras. "Mas há alguns policiais militares que, por serem formados em psicologia, exercem a função de psicólogo. A junção das duas formações (a policial e a de psicólogo) é algo não institucionalizado. Em todo o Estado de São Paulo, além da Capital, temos psicólogos em Campinas e Santos e um contingente de aproximadamente 75 mil homens na PM", explicou o capitão.



Em debate promovido pelo CRP-06, p

Trocando em miúdos, oficialmente não existem psicólogos na PM, embora exista uma Divisão de Psiquiatria e Psicologia do Centro Médico. É para lá que são encaminhados os que apresentam distúrbios mentais para receber cuidados psiquiátricos. Ainda segundo informações de Filemom: "Se, espontaneamente, o policial quiser fazer um trabalho de psicoterapia, ele pode procurar um outro setor chamado Centro de Assistência Social, Religiosa e Jurídica (CASRJ). Lá existe um grupo de psicólogos, cuja maioria é formada por policiais militares, que fazem um trabalho mais preventivo. Mas se há um problema

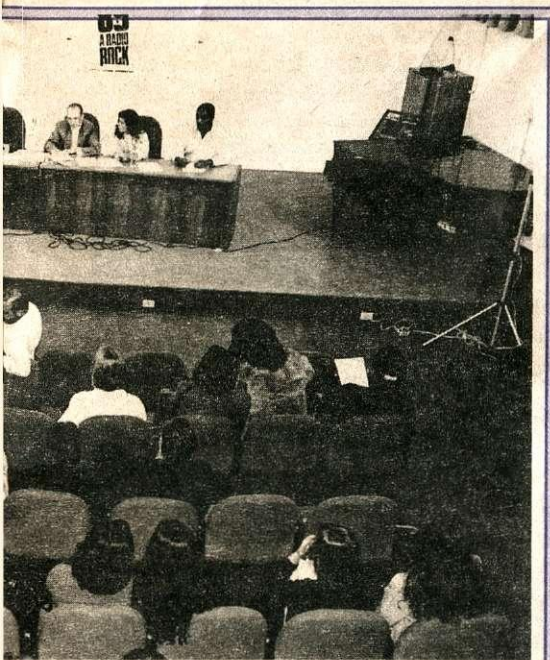


LAÇÃO

... é matéria de lei

NA POLÍCIA, MAS VETA ARTIGOS QUE PERMITIRIAM SUA EFETIVA IMPLANTAÇÃO. RELIGADOS AO SETOR CONSIDERAM QUE SISTEMA É UM DOS PONTOS FUNDAMENTAIS NA GESTÃO DA VIOLÊNCIA POLICIAL

Foto: Adri Felden/Ag. Argos



Psicólogos discutiram a violência policial

mais grave, de cunho de perda de contato com a realidade, o único recurso é a divisão de psiquiatria”.

Violência institucionalizada

Como se não bastassem todas essas questões, em debate promovido em maio pelo CRP-06 para discutir a questão da violência (em que se falou na necessidade de implantação da lei como um dos instrumentos de combate à violência policial), foram apontados também outros fatores enfrentados pelos trabalhadores (policiais e profissionais da saúde mental) da polícia. Na opinião de Regina Célia Pedroso, historiadora do Instituto Latino-america-

no das Nações Unidas para Prevenção do Crime e Tratamento do Delinqüente, é preciso mais do que implantar um serviço de atendimento ao policial. “A corporação sempre foi violenta. Precisamos de uma polícia que seja democrática, participativa e comunitária”, disse a historiadora.

Para Regina, um dos melhores exemplos da institucionalização da violência da PM pode ser extraído de seu Regimento Disciplinar. “Para se ter uma idéia, o Regimento considera como falta média o policial ‘maltratar preso sob sua guarda e inclui no mesmo rol de faltas o policial ‘andar com uniforme desabotoado’”, disse. É uma escala de valores, no mínimo, duvidosa. E que coloca ainda mais interrogações, se considerado o fato de que o grau de escolaridade exigido dos candidatos a policial militar é o primeiro grau, escolaridade que no mundo moderno já não é aceita nem para os candidatos aos cargos que não exigem tanta agilidade, rapidez de raciocínio e percepção como o de policial.

“A média das pessoas que nos procuram para ingressar na PM não é a idealizada pela sociedade. São pessoas que na maioria das vezes estão desempregadas ou que têm um histórico de vida de exclusão. Moram mal, se alimentam mal, tiveram uma educação pública nem sempre das melhores” admite Filemom. “Elas vêm aqui motivadas pela expectativa de ascensão, de chegar ao posto máximo”, completa.

Talvez sua motivação se deva ao

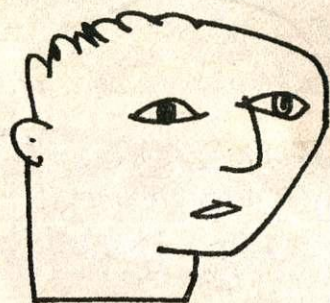
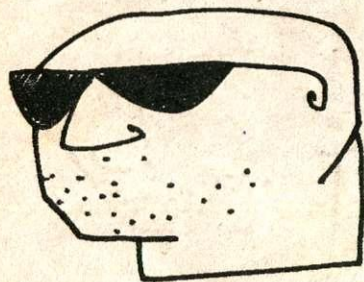
fato de que nem imaginam que isso é algo reservado a muito poucos. Do contingente de 75 mil homens que formam as fileiras da PM, não chega a 100 o número de coronéis. “Há uma grande barreira entre os altos escalões e a tropa. Um soldado fica oito meses na academia militar e um oficial fica quatro anos. A baixa escolaridade cria estrutura para manter a hierarquia, pois mantém a tropa sem condições de refletir profundamente sobre estas questões”, reflete Regina.

Isso sem falar nos baixos níveis salariais: um policial em início de carreira recebe 500 reais por mês. Em consequência, o que acontece com muitos? Quem responde é o próprio capitão: “Eles cumprem o seu horário de serviço e depois têm que procurar uma complementação salarial fora, via de regra como segurança no bar, no supermercado, no posto de gasolina. Então, eu acho que tudo isso acaba levando a uma situação de o policial se tornar violento”, diz.

De qualquer forma, na prática o projeto não poderá ser implantado imediatamente. Isso porque, além dos vetos que se referem ao modelo de tratamento e prevenção a ser adotado pelo Sistema, o governador vetou também os artigos 3 e 4, que dispõem sobre a criação de quadros para o funcionamento do Sistema de Saúde Mental a ser implantado. Segundo informações de Gouveia, em conversa com o secretário de Segurança Pública, José Afonso da Silva, este teria lido o projeto e dito que a proposição de criação de

cargos na corporação teria sido vetada por tratar-se de atribuição exclusiva do poder executivo. “Os deputados estaduais não podem mexer com transformação de cargo”, disse Gouveia. Embora se saiba de dispositivo legal que reserva esse poder ao executivo, no entanto, para Regina isso não esgota a questão. “Acho que o governador vetou o projeto, sem vetar oficialmente. Acredito que os vetos deixam claro que não há interesse em implantar o Sistema de Saúde Mental na Polícia Militar”, disse a historiadora, que defendeu também uma total revisão do papel da PM, bem como das formas de preparar o policial para que possa atender bem a população.

Mesmo que haja resistências em setores da PM, hoje já não há como negar que não são só os estudiosos da questão da violência, ou os profissionais que lidam com ela em seu dia-a-dia, que vêm se mobilizando em busca de soluções para os problemas apontados. A própria polícia já admite que é preciso rever algumas questões e tomar medidas emergenciais de combate ao problema. Concluindo suas reflexões para o *Jornal do CRP*, por exemplo, o capitão Filemom afirmou: “O que eu vejo é que não dá para ter uma organização cumprindo bem seu papel social se o homem não está bem. Se a pessoa que nós temos para executar o serviço não está bem. E uma das formas de ajudá-lo é ter o psicólogo atuando em todas as áreas que a psicologia já demonstrou eficácia. Vários fatos que envolvem a polícia militar vão abrindo para a sociedade se manifestar sobre a polícia que ela quer. Qual é o policial que você quer na tua rua? É aquele que está chegando de um ‘bico’, estressado, cansado, sofrendo mentalmente para cumprir seu papel, ou uma pessoa que tenha formação humanista, que reconheça seu papel enquanto cidadão e enquanto policial? Claro que todos querem esse outro lado. E pague-se imposto para isso”. A conclusão é óbvia e inevitável. Por enquanto, além de pagar a conta com impostos, a população tem pago com a própria vida. E só a continuidade dos debates e a deliberação de ações que forcem as autoridades a tomar medidas eficazes de combate à violência institucionalizada em toda a sociedade podem alterar essa situação.



LUTA ANTIMANICOMIAL



18 de maio: trancar não é tratar

Mais de 3 mil pessoas participaram das comemorações do 18 de maio - Dia Nacional da Luta Antimanicomial - em todo o Estado de São Paulo. Os eventos realizados pela Sede e Subsedes do CRP-06 foram regionalizados, mas tiveram uma linha-mestra: levar a discussão para espaços públicos e mostrar a produção artística e cultural de usuários dos serviços substitutivos, dando um testemunho vivo de que os portadores de sofrimento mental podem e devem ser tratados, mas não trancafiados em hospitais psiquiátricos. Sob o slogan "Trancar não é tratar - liberdade, o melhor remédio", foram realizados debates, shows musicais, exposições de pintura e artesanato, além de um balanço geral do mundo: um colorido necessário; o coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Alfredo Schechtman, que discorreu sobre "As diretrizes do Ministério para um Brasil sem manicômios", e a professora do Centro de Docência e Pesquisa em Terapia Ocupacional da USP, Denise Dias Barros, que apresentou os resultados de sua pesquisa "Saúde Mental na África: experiência entre os Dogon". Ao final do debate o público assistiu ao show musical de Luizinho Gonzaga, autor do disco Terras do Juqueri. Também houve exposição de fotografias sobre os manicômios, de Osmar Bustos, fotógrafo da Associação Paulista de Medicina e do Jornal Página 12, de Buenos Aires. O Conselho anunciou, ainda, o lançamento de sua revista "Trancar não é tratar" que reúne os principais documentos que embasam a transformação da assistência à saúde mental.

Em sua palestra, Geraldo Peixoto realçou a necessidade de que a questão do fim dos manicômios seja tratada numa perspectiva política e ideológica, realçando o sofrimento dos que são mantidos nos hospitais psiquiátricos. Já Denise Dias Barros, traçou um paralelo entre as formas de tratamento adotadas no Brasil e na África para a questão do sofrimento mental. Segundo a terapeuta ocupacional, "nossa resposta à questão do sofrimento mental é institucional, o que coloca a pessoa em processo de distanciamento cada vez maior da

MAIS DE 3 MIL PESSOAS COMEMORAM 10 ANOS DE ATIVIDADES CONTRA MODELO HOSPITALOCÊNTRICO

sociedade. Já a sociedade africana é estruturada em relações sociais. Embora lá a loucura seja considerada uma doença grave, a proposição de tratamento envolve a tímicos anos. O número de hospitais psiquiátricos foi reduzido de 313, no final da década de 80, para 262, nos dias de hoje. Os leitos foram reduzidos de 87 mil para 62

mil em seis anos. Enquanto isso, foram abertos cerca de 2 mil novos leitos em hospitais gerais e implantados aproximadamente 200 novos hospitais-dia, Naps e Caps em todo o país. envolvem a municipalização da gestão da saúde, o aumento da participação dos usuários e suas entidades na definição dos ru-

mos da política para o setor, a incorporação de contribuições de diferentes áreas do saber sobre a enfermidade mental e a ampliação da discussão dos destinos sociais da loucura, com aceitação crescente das diferenças e tolerância ao outro.

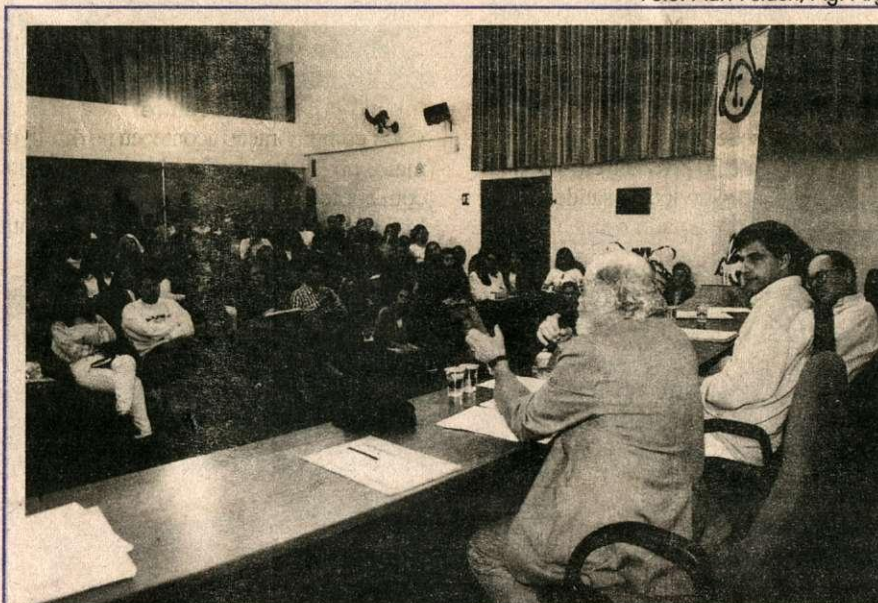
Ao final do evento, Schechtman declarou: "Essa é uma luta em construção, mas depois de 10 anos podemos afirmar, sem sombra de dúvida, que a questão do tratamento aos portadores de sofrimento mental hoje é vista por todos como uma questão de cidadania, o que é um grande avanço em relação à mentalidade hospitalar de alguns anos atrás, a única que existia em todo o país".

Veja também os eventos realizados nas Subsedes do CRP:

Participaram do evento em Presidente Prudente alunos do curso de Psicologia, Serviço social, Medicina e Pedagogia, bem como psicólogos e outros profissionais da área de saúde, totalizando 100 pessoas. Em Assis, as discussões ocorreram em dois momentos, com a participação de cerca de 300 pessoas. Em Marília, 40 pessoas compareceram às comemorações, entre profissionais de saúde mental, alunos de psicologia e outros cursos. Tais atividades foram organizadas pelo Conselho Regional de Psicologia - Subsele e Departamento de Psicologia Clínica da Unesp de Assis, com apoio das Direções Regionais de Saúde (DIRs) de Assis, Presidente Prudente e Marília.

Como parte das comemorações foi realizada na praça da Catedral de Assis a apresentação de números de dança, teatro, música, pintura, serigrafia e exposição de trabalhos dos pacientes do Ambulatório de Saúde Mental de Assis e região. Tais atividades envolveram, além dos usuários e seus familiares, profissionais de saúde, professores e alunos da Unesp de Assis, entidades profissionais e comunidade em geral. Esse evento foi organizado em conjunto pelo Conselho Regional de Psicologia - Subsele de Assis, Departamento de Psicologia Clínica da Unesp de Assis, Secretaria de Estado da Saúde - DIR VIII, Secretaria Municipal de Higiene e Saúde de Assis com apoio do Conselho Municipal de Saúde de Assis.

Foto: Adri Felden/Ag. Argos



O debate realizado em São Paulo reuniu mais de 300 pessoas na Escola de Enfermagem da USP. Além das palestras houve também exposição de produtos das associações de usuários e familiares e exposição de fotografias sobre os manicômios.

LUTA ANTIMANICOMIAL



Bauru

Após abertura oficial das comemorações no dia 17 de maio, houve passeata no calçadão da Batista de Carvalho "Por um Brasil sem manicômios", com a panfletagem de folhetos explicativos sobre o Movimento. A passeata contou com a animação da Banda Mary Dota e apresentação da performance "Trancar não é tratar", com o grupo Experimental de Repertório da Secretaria Municipal de Cultura. Paralelamente a esses acontecimentos ocorreu a exposição "Expressões", com trabalhos produzidos nas oficinas do Ambulatório de Saúde Mental, Hospital e Sociedade Beneficente Cristã e Núcleo de Apoio Psicossocial. Aconteceu, ainda, o debate "Por uma sociedade sem manicômios" no programa Globo Comunidade, da TV Globo, com participação da psicóloga Suzana Castilho, coordenadora do ambulatório de Saúde Mental e da representante do CRP - Subsele Bauru, Nilma Renildes.

No dia 18 de maio, após as 20 horas, aconteceu o show "Por uma sociedade sem manicômios, já!!" na Av. Getúlio Vargas, com trio elétrico e várias bandas e apresentação do mímico Júlio Hernandes. No dia 21 de maio teve início um circuito de vídeo "Imagens do inconsciente", atividade que se estenderá pelo mês de junho, com apresentação de diversos filmes.

Nos dias 26 e 27 as comemorações foram finalizadas com o debate "Conversando sobre classes especiais", na Delegacia de Ensino, com a participação do conselheiro do CRP Roberto Salazar e Carlos Damião, membro da Comissão Gestora. As comemorações contaram com a participação em massa da população, atingindo todas as classes sociais.

Também como parte das comemorações do 18 de maio, a Subsele Bauru realizou em Araçatuba uma conferência de saúde mental, cidadania e qualidade de vida para fortalecer as discussões que envolvem saúde mental e contribuir para a construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida. Esse evento contou com a participação da Comissão Gestora e do conferencista Oswaldo Gradelha Júnior, tendo como público-alvo profissionais da área da saúde. Participaram mais de 40 profissionais de Araçatuba e região.

Campinas

Na concha acústica do Taquaral, houve ato comemorativo organizado pelo Núcleo da Luta Antimanicomial da cidade, com apoio do CRP-06. Grupos artísticos, dança, canto e teatro apresentaram-se, tendo o evento contado com a participação de usuários do Centro de Atenção Psicossocial da Prefeitura e do Serviço de Saúde Mental Cândido Ferreira, instituições-vanguarda na implementação de equipamentos substitutivos ao sistema de exclusão. Durante as comemorações foi entregue carta aberta à população contendo informações sobre a Luta Antimanicomial.

Ribeirão Preto

As comemorações da data conseguiram aglutinar todos os equipamentos de saúde mental do município: Núcleo de Atenção Psicossocial I, Núcleo de Atenção Psicossocial aos Fármaco-dependentes, Ambulatório Regional de Saúde Mental, Enfermaria do Hospital das Clínicas, Hospital-dia e Hospital Psiquiátrico de Ribeirão Preto. O evento aconteceu das 9 às 13 horas, com apresentação de música e exposição de trabalhos realizados nas oficinas de cada equipamento.

Santos

A Subsele realizou, nos dias 15 e 19 de maio, debates sobre os rumos da saúde mental nos municípios de São Vicente e Santos. Em São Vicente, o evento contou com a participação do diretor dos serviços especializados em Saúde do Município, José Dias Rebouças, da representante da Associação Maluco Beleza, Maria de Fátima Luz Rodrigues, e do presidente do CRP, Sidnei Corocine. O mediador da mesa foi João Bosco de Souza, membro da comissão gestora da Subsele. Esse evento aglutinou aproximadamente 30 pessoas, em sua maioria psicólogos do serviço de saúde mental da cidade. Foi apresentado o trabalho que

vem sendo realizado no município bem como as propostas de trabalho em relação à saúde mental.

Em Santos, as comemorações contaram com a participação do coordenador de Saúde Mental do Município, Décio Lourenço Reimão, do representante da Associação Franco Rotelli, Wellington da Silva, do representante da Associação Franco Basaglia, Geraldo Peixoto, do representante do Conselho Municipal de Saúde, Everaldo Ferras, do conselheiro do CRP Floriano Nuno de Barros Filho e como mediador o membro da Comissão Gestora João Bosco de Souza. O evento mobilizou aproximadamente 200 pessoas entre psicólogos, pacientes psiquiátricos, representantes de entidades, vereadores e outros profissionais sensibilizados para a discussão. Foram apresentadas propostas de trabalho público municipal para a área. Foram ouvidas as reivindicações de usuários e reafirmada a posição do Conselho sobre o tema.

São José do Rio Preto

Aconteceu no dia 20 de maio o evento "Práticas Públicas de Saúde Mental", no Sesc de São José do Rio Preto, com a participação da articuladora de Saúde Mental da DIR local, Regina Aurora Ismael, da articuladora de Saúde Mental da DIR-09, de Barretos, Sueli Barreira Pinto, da coordenadora de Saúde Mental do Município de São José do Rio Preto, Zuca Sales, da delegada do Cress de São José do Rio Preto, Telma Bonechini, e da conselheira Anita Cecília Lofrano. Estiveram presentes em torno de 100 pessoas, entre alunos de psicologia, serviço social e profissionais das áreas de saúde.

Santo André

A comemoração aconteceu no dia 15 de maio, no Teatro da Faculdade Metodista, com apoio do Centro Acadêmico de Psicologia. O evento teve o tema "Saúde Mental

e a Mulher", que tratou da questão do ponto de vista legal e institucional. Estiveram presentes o deputado estadual pelo PT Roberto Gouveia e a psicóloga do Manicômio Judiciário Margarida Galegari Mamede.

No saguão do teatro foi realizada uma exposição com trabalhos feitos por usuários dos ambulatórios de Saúde Mental das cidades de Mauá e Diadema. O evento chamou a participação de mais de 200 pessoas, entre profissionais de saúde, estudantes e comunidade em geral.

CPI pede reforma em manicômios

A Assembléia Legislativa de São Paulo aprovou, no dia 17 de abril, o relatório contendo as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os manicômios, aberta no ano passado, através de projeto da deputada Célia Artacho. Segundo a deputada, que também atuou como presidente da comissão, "após realizarmos várias blitze e analisarmos todo o material que constavam dos autos, concluímos que a situação dos manicômios é gravíssima e necessita de providências urgentes".

Célia Artacho informou, também, que no relatório final a CPI solicita ao Ministério Público a imediata constituição de Comissão Estadual de Reforma Psiquiátrica, "que deverá ser subordinada ao Conselho Estadual de Saúde, com poder de fiscalização e acompanhamento de políticas de saúde mental". Além disso, disse ela, a CPI solicitou a instauração de processo de investigação do Plano de Assistência à Saúde (PAS) no que diz respeito à saúde mental. "Constatamos que as denúncias feitas em relação às instituições psiquiátricas (Hospital de Pilar do Sul, Lar Bussocaba e Instituto Morumbi de Psiquiatria), em relação a alguns hospitais-dia que estão integrados ao PAS (Itaquera, Itaim Bibi, Butantã) e em relação ao Centro de Convivência de Guarapiranga não são infundadas."

Além do Ministério Público, o relatório foi encaminhado para o governador do Estado, o secretário da Saúde, deputados estaduais e demais autoridades públicas interessadas no assunto. De acordo com opinião do deputado Roberto Gouveia, autor do relatório, "a CPI corroborou o diagnóstico que apontávamos". "Ela confirmou mais uma vez a necessidade de que o Estado faça sua reforma psiquiátrica e execute o artigo 33 do Código de Saúde do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a saúde mental, determinando que o SUS empreenda a substituição gradativa do procedimento de internação hospitalar por ações predominantemente extra-hospitais."

Foto: subsele de Assis



As subsele do CRP organizaram atividades culturais em espaços públicos. Acima, show musical em Assis.

RECADASTRAMENTO

A relação entre salários e jornada de trabalho

Apesar de a psicologia estar ampliando sua inserção em novas áreas de trabalho nas últimas décadas, ainda é nas áreas clássicas de atuação que se concentra a maior parte dos profissionais da Sexta Região. De acordo com o Recadastramento, realizado em 1995 pelo CRP-06 em conjunto com a Fundação Seade, nada menos que 61,61% (16.373 profissionais) do total de psicólogos que declararam trabalhar com a profissão estão desenvolvendo atividades em consultórios particulares, psicologia escolar ou organizacional. Isolando-se os dados referentes a cada uma dessas áreas, 41,15% (ou 10.934) do total de 26.573 psicólogos que responderam ao Recadastramento trabalham em consultório particular. A psicologia organizacional e a escolar concentram, respectivamente, 12,58% (ou 3.342 psicólogos) e 7,88% (ou 2.097 psicólogos). Na opinião do conselheiro José Roberto Tozoni Reis, isso acontece porque, em termos históri-

cos, a inserção da psicologia em novas áreas é relativamente recente e paulatina. "Além disso, ainda prevalece o sonho de exercício liberal da profissão e o consultório é o exemplo mais bem acabado disso", explicou Tozoni.

Além disso, o que se observou cruzando-se os dados relativos à jornada de trabalho e rendimentos foi que, se no conjunto da categoria é possível afirmar que o psicólogo ganha pouco mas cumpre jornada de trabalho semanal relativamente curta (57,14% dos que responderam ao Recadastramento trabalham até 20 horas semanais), o mesmo não acontece isolando-se as três áreas de maior concentração de profissionais. Aí o que se verifica é que os setores de consultório e psicologia escolar apresentam situação totalmente diversa daquela vivida pelos profissionais que trabalham na psicologia organizacional. Enquanto que nas duas primeiras a maior concentração de profissionais é encontrada nas faixas de menor rendimento e me-

nor carga horária, na última a maior concentração ocorre nas faixas de maior rendimento, mas também de jornadas de trabalho mais longas. Conforme mostram as tabelas abaixo, a maior concentração de psicólogos de consultório e escolares está nas faixas de rendimento que vão até 5 salários mínimos, mas o mesmo acontece no que diz respeito à jornada de trabalho.

Em contrapartida, os psicólogos organizacionais posicionam-se melhor que todos os outros setores quanto ao rendimento. Na faixa de rendimento mais alto (acima de 25 salários mínimos) situam-se 14,27% dos psicólogos organizacionais, 4,54% dos que atuam em escola e 7,16% dos que atuam em consultório. Se considerarmos o conjunto das duas faixas de rendimento mais alto temos os seguintes dados: consultório, 13,18%; escola, 9,27% e organizacional, 23,93%. Mas o mesmo acontece no que diz respeito à jornada de trabalho (52,66% dos organizacionais trabalham de 31

a 40 horas semanais). "O que verificamos é que, no consultório e na psicologia escolar, à medida que vai aumentando a carga horária também vai diminuindo o número de profissionais. Já na organizacional, as jornadas curtas de trabalho têm um pequeno número de profissionais", disse Tozoni. Para o psicólogo, tal realidade pode ser o resultado do fato de os psicólogos organizacionais trabalharem, ainda em sua maioria, em empresas, ou seja, "cumprem uma jornada de trabalho determinada, mas em compensação recebem um salário regulado por uma área que vem sendo gradativamente valorizada pelo mercado".

Também chamou a atenção a situação dos psicólogos que trabalham em psicotécnico, pela alta carga horária e baixo rendimento. Apenas 5,5% desses profissionais têm rendimento igual ou superior 20 salários mínimos. Quando à jornada semanal de trabalho, 51,50% atuam mais de 30 horas por semana.

Atividades Profissionais dos Psicólogos, segundo setor de atuação por faixa de rendimento - Estado de São Paulo - 1995 (1)

Setor de Atuação	FAIXA DE RENDIMENTO												Total				
	Até 5 sal.		De 5 a 10 sal.		De 10 a 15 sal.		De 15 a 20 sal.		De 20 a 25 sal.		Acima de 25 sal.		Não responderam		Número	%	% (*)
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%			
Total	7.785	29,30	7.381	27,78	5.003	18,83	2.622	9,87	1.637	6,16	1.983	7,46	162	0,61	26.573	100,00	100,00
Consultório particular	3.719	34,01	2.784	25,46	1.875	17,15	1.053	9,63	658	6,02	783	7,16	62	0,57	10.934	100,00	41,15
Hospital	392	31,84	459	37,29	227	18,44	82	6,66	28	2,27	35	2,84	8	0,65	1.231	100,00	4,63
Unidade Básica de Saúde	272	29,47	360	39,00	191	20,69	52	5,63	18	1,95	23	2,49	7	0,76	923	100,00	3,47
Ambulatório ou outro equipamento de saúde mental	335	30,79	421	38,69	196	18,01	64	5,88	37	3,40	29	2,67	6	0,55	1.088	100,00	4,09
Pronto-socorro	15	48,39	7	22,58	5	16,13	2	6,45	1	3,23	1	3,23	0	0,00	31	100,00	0,12
Administração Central ou Regional	57	23,75	81	33,75	56	23,33	25	10,42	11	4,58	10	4,17	0	0,00	240	100,00	0,90
Docência	352	17,12	413	20,09	377	18,34	309	15,03	276	13,12	323	15,71	6	0,29	2.056	100,00	7,74
Pesquisa	96	24,49	93	23,72	71	18,11	49	12,50	32	8,16	49	12,50	2	0,51	392	100,00	1,48
Escola	762	36,41	620	29,62	351	16,77	154	7,36	99	4,73	95	4,54	12	0,57	2.093	100,00	7,88
Psicotécnico	188	31,33	238	39,67	104	17,33	34	5,67	19	3,17	14	2,33	3	0,50	600	100,00	2,26
Setor organizacional	390	11,67	822	24,60	820	24,54	493	14,75	323	9,66	477	14,27	17	0,51	3.342	100,00	12,58
Setor Judiciário	34	10,06	51	15,09	173	51,18	53	15,68	16	4,73	10	2,96	1	0,30	338	100,00	1,27
Setor de Segurança Pública	90	45,23	70	35,18	20	10,05	9	4,52	7	3,52	2	1,01	1	0,50	199	100,00	0,75
Comunitário	306	44,35	196	28,41	86	12,46	42	6,09	20	2,90	22	3,19	18	2,61	690	100,00	2,60
Setor de Infância e Adolescência	312	30,44	351	34,24	227	22,15	84	8,20	27	2,63	19	1,85	5	0,49	1.025	100,00	3,86
Nenhum dos anteriores	457	33,83	405	29,98	217	16,06	111	8,22	64	4,27	83	6,14	14	1,04	1.351	100,00	5,08
Não responderam	8	20,00	10	25,00	7	17,50	6	15,00	1	2,50	8	20,00	0	0,00	40	100,00	0,15

Atividades Profissionais dos Psicólogos, segundo setor de atuação por jornada semanal de trabalho 1997 (1)

Setor de Atuação	Até 10		De 11 a 20		De 21 a 30		De 31 a 40		41 e mais		Não responderam		Total		
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	% (*)
Total	8.277	31,15	6.905	25,99	3.278	12,34	6.429	24,19	1.484	5,58	200	0,75	26.573	100,00	100,00
Consultório particular	4.530	41,43	3.565	32,60	1.553	14,20	981	8,97	231	2,11	74	0,68	10.934	100,00	41,15
Hospital	201	16,33	296	24,05	209	16,98	491	39,89	29	2,36	5	0,41	1.231	100,00	4,63
Unidade Básica de Saúde	63	6,83	222	24,05	165	17,88	451	48,86	21	2,28	1	0,11	923	100,00	3,47
Ambulatório ou outro equipamento de saúde mental	151	13,88	268	24,63	207	19,03	447	41,08	14	1,29	1	0,09	1.088	100,00	4,09
Pronto-socorro	10	32,26	9	29,03	2	6,45	9	29,03	1	3,23	0	0,00	31	100,00	0,12
Administração Central ou Regional	23	9,58	20	8,33	32	13,33	155	64,58	7	2,92	3	1,25	240	100,00	0,90
Docência	1.038	50,49	605	29,43	180	8,75	206	10,02	12	0,58	15	0,73	2.056	100,00	7,74
Pesquisa	148	37,76	130	33,16	22	5,61	89	22,70	3	0,77	0	0,00	392	100,00	1,48
Escola	649	31,01	705	33,68	297	14,19	342	16,34	84	4,01	16	0,76	2.093	100,00	7,88
Psicotécnico	60	10,00	138	23,00	91	15,17	177	29,50	132	22,00	2	0,33	600	100,00	2,26
Setor Organizacional	240	7,18	299	8,95	172	5,15	1.760	52,66	838	25,07	33	0,99	3.342	100,00	12,58
Setor Judiciário	37	10,95	21	6,21	17	5,03	255	75,44	5	1,48	3	0,89	338	100,00	1,27
Setor de Segurança Pública	14	7,04	42	21,11	20	10,05	119	59,80	3	1,51	1	0,50	199	100,00	0,75
Comunitário	418	60,58	112	16,23	45	6,52	97	14,06	9	1,30	9	1,30	690	100,00	2,60
Setor de Infância e Adolescência	239	23,32	200	19,51	96	9,37	450	43,90	27	2,63	13	1,27	1.025	100,00	3,86
Nenhum dos anteriores	445	32,94	264	19,54	169	12,51	392	29,02	61	4,52	20	1,48	1.351	100,00	5,08
Não responderam	11	27,50	9	22,50	1	2,50	8	20,00	7	17,50	4	10,00	40	100,00	0,15

* Esta coluna apresenta o percentual do número de psicólogos por cada setor, em relação ao total de recadastrados.

ORIENTAÇÃO

A complexa relação entre Justiça e Psicologia

Por mais que já se tenha falado sobre a relação entre psicologia e justiça, o assunto está longe de se esgotar. A questão, complexa por natureza, está sempre trazendo novos elementos para ser explorados por autoridades jurídicas ou por psicólogos. A maior comprovação disso são as inúmeras dúvidas que chegam ao Centro de Orientação do CRP-06 sobre como o psicólogo deve agir quando convocado pela justiça para dar seu parecer em casos que estão sendo ali apreciados.

Segundo a conselheira do CRP e premissas aparentemente contraditórias. "A justiça lida com a culpa, ela precisa esclarecer os casos que lhe chegam de acordo com as regras estabelecidas pela lei. Já a psicologia trabalha no resgate dos valores básicos do indivíduo e, por isso, os princípios de uma às vezes contradizem os princípios da outra", explicou. Essa aparente contradição, no entanto, não deve ser suficiente para que o psicólogo se intimide frente a uma autoridade jurídica.

Existem formas diferentes de relação entre o psicólogo e a justiça. Uma delas é a do psicólogo judiciário, ou seja, aquele que trabalha diariamente na justiça, acompanha os casos que chegam ao setor em que está atuando e deve fornecer subsídios ao juiz quando isso lhe for solicitado. Outra situação é a do psicólogo que trabalha na execução de uma sentença, "aquele profissional que hoje chamamos de psicólogo jurídico". Uma terceira forma de relação é a do psicólogo que trabalha em clínica particular, ambulatório ou outro órgão público e que pode eventualmente ser chamado para esclarecer algum caso de pessoa que já atendeu ou está atendendo.

Mesmo em cada uma dessas situações, o contato do psicólogo com a justiça sofre inúmeras variações. Um caso bastante comum é o do psicólogo da Vara da Infância e Juventude ser chamado para prestar algum esclarecimento em processos criminais. Outro exemplo constante ocorre nas Varas de Família, em casos de processos contenciosos em que está em jogo a guarda de filhos. Aí, geralmente, há participação de advogados como representantes das partes. E pode ocorrer, também,

que cada parte apresente o parecer de um psicólogo como elemento de sua defesa. Um terceiro profissional deverá ser chamado pela justiça para dar um novo parecer. Também pode acontecer de o juiz convocar o psicólogo, não para falar de um caso específico, mas para auxiliá-lo com seu conhecimento sobre a área em que atua. "Em qualquer das situações citadas, quando o psicólogo é chamado, geralmente o juiz está solicitando esclarecimentos sobre o laudo apresentado para que possa tomar uma decisão

tradições com o de outro profissional que também teve contato com a pessoa em questão", explicou.

É aí que começam a surgir as confusões. A primeira delas refere-se à função do profissional neste caso específico. De acordo com informações de Dayse, "a convocação por parte da justiça para que uma pessoa participe de um processo envolve duas condições diferentes: a de testemunha e a de testemunha-perito". A testemunha é qualquer cidadão que tenha presenciado um fato e que, por isso, pode auxiliar na resolução de um caso na justiça. Já a testemunha-perito é aquela pessoa que vai à justiça na condição de *expert* de uma área profissional qualquer para auxiliar o juiz fornecendo as bases de qualificação de uma prova e resolução do caso. Este segundo é o caso do psicólogo chamado para prestar esclarecimentos profissionais à justiça.

Acontece que, por uma incorreção dos cartórios, no momento de fazer a convocação, o profissional é chamado para depor como testemunha, e não como testemunha-perito, alterando-se totalmente o caráter de sua participação no caso. "O perito tem direitos resguardados por lei. O artigo 435 do Código de Processo Civil assegura que o profissional convocado tem o direito de receber os quesitos por escrito cinco dias antes da data que deve comparecer à justiça." Ou seja, com isso, o profissio-

nal poderá avaliar se as questões que deverá responder fogem ao caráter de sua atuação como testemunha-perito.

Por outro lado, também os profissionais cometem enganos quanto ao caráter de sua participação. O mais comum deles refere-se à quebra do sigilo profissional. Geralmente o psicólogo entende que sua participação implica a quebra do princípio do sigilo. Segundo Dayse, no entanto, este entendimento está incorreto.

"O psicólogo não pode se negar a uma resolução do caso", esclareceu. Isso, no entanto, não significa quebrar o sigilo. Ele pode auxiliar no caso sem entrar no mérito das questões que devem ser mantidas em sigilo. "O psicólogo não está ali para expor fatos, mas sim suas conclusões a partir dos fatos. Ele deve,

portanto, tomar todas as precauções a fim de que só venha a relatar o que seja devido e necessário ao esclarecimento do caso. A participação do psicólogo, nesse momento, pode ser decisiva na defesa dos direitos de cidadania dos envolvidos no caso. Essa é a função primordial do profissional da psicologia", afirmou Dayse.

Tais equívocos vão encontrar sua principal origem na compreensão que o psicólogo tem dos compromissos implícitos no exercício profissional. De acordo com a conselheira, uma primeira questão para a qual o psicólogo deve estar atento é que seu compromisso com a instituição não pode ser maior do que seu compromisso com a pessoa em questão. É esse entendimento que determina seu posicionamento na relação com cada usuário que atende, bem como o laudo resultante desse atendimento. E o laudo é o relatório no qual o juiz vai se basear para formar sua convicção sobre o caso. Contudo, ele não está adstrito ao laudo, podendo ou não utilizá-lo em sua sentença.

Daí estar o psicólogo obrigado a for-

necer ao sujeito avaliado as informações que foram encaminhadas ao juiz e orientá-lo em função dos resultados obtidos, conforme determina o artigo 23 parágrafo 2º do Código de Ética.

"Todo psicólogo que trabalha com laudos pode ser chamado a qualquer momento e, por isso, esse documento deve ser produzido dentro de critérios rigorosos para que seja o mais completo possível", esclareceu Dayse. Portanto, o laudo não deve limitar-se a culpabilizar alguém, da mesma maneira que não cabe mentos e levar em consideração todos os interlocutores envolvidos no caso. "É obrigação do psicólogo avaliar todos os envolvidos no caso e analisar os determinantes sociais da conduta daquela pessoa que está em foco. O laudo fornece um diagnóstico situacional, que visa a auxiliar a busca de alternativas a uma situação conflitiva e não como instrumento de segregação e estigmatização. Ele não deve, portanto, parecer diagnóstico formado", disse a conselheira do CRP.

Isso não significa que não possam ocorrer confusões por parte das autoridades jurídicas ou policiais, que, muitas vezes, esperam que o psicólogo cumpra um papel "policialesco", prestando informações que extrapolam o limite de suas obrigações. O profissional tem o direito e o dever de negar tais informações. Dayse informou, ainda, que o Conselho está à disposição dos profissionais que necessitarem de maiores esclarecimentos sobre sua relação com a justiça ou que trabalhem na área da psicologia jurídica e judiciária para debates sobre as questões e a formulação de resoluções que auxiliem o desenvolvimento dessa prática nos diversos campos de sua atuação.

SITUACIONAL, QUE VISA A AUXILIAR A BUSCA DE ALTERNATIVAS A UMA SITUAÇÃO CONFLITIVA

DISQ FREUD®		Informe publicitário
SP - (011) 815-3344 BIP 6R29	RJ - (021) 442-2430	Atendemos em todo o Brasil
Obras completas, garantia Super promoção Português - 24 vols. - Editora Imago - - Castelhana 25 vols. - Editora Amorrortu - Espanhol 3 vols. - Editora Nueva - Traduções do Alemão - Sob consulta - Atendemos volumes avulsos -		
Preços: à vista 380,00 ou 2x 200,00 ou 4x 105,00		Entrega a domicílio
de Segunda a sábado de 8:00 às 20:00 horas		
CGC 72.082.308/0001-34		

MANIFESTAÇÃO

DROGAS: DEBATE MULTIDISCIPLINAR"

O Conselho Estadual de Entorpecentes de São Paulo (Conen-SP) realizou, no final do ano passado, o seminário internacional "Drogas - debate multidisciplinar". O CRP-06 vem a público manifestar seu reconhecimento quanto à importância da iniciativa. Lamentamos, no entanto, a ausência de profissionais das áreas de psicologia e serviço social na mesa que discutiu a questão do tratamento de usuários de drogas, por entendermos que o assunto requer abordagem multidisciplinar. A complexidade da questão não admite mais que seja vista apenas a partir da orientação exclusiva de um único campo de saber. Foi por este motivo que os dois Congressos Nacionais da Psicologia, realizados em 1994 e 1996, respectivamente, deliberaram que o trabalho em saúde men- intervenção nesse tema.

Plenária do CRP-06

PISO SALARIAL

Psicólogos vencem primeira etapa de votações

A Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou, por cinco votos a quatro, o projeto de lei que estabelece o salário mínimo profissional para o psicólogo, com jornada de 30 horas de trabalho semanal. O projeto (PL 331/96), de autoria do deputado Roberto Gouveia, também foi aprovado quanto ao mérito nas Comissões de Saúde e Higiene, Administração Pública e Finanças e Orçamento. De acordo com o texto aprovado, os do, portanto, apenas aos profissionais da Secretaria da Saúde.

Também foram aprovados, nas mesmas comissões, dois outros projetos de autoria do mesmo deputado. Um estabelece o salário mínimo para assistentes sociais (PL 154/96) nas mesmas condições que o projeto que

trata da psicologia e o outro reduz a jornada de trabalho de todos os trabalhadores da Secretaria da Saúde para 30 horas semanais, sem redução de salários.

Os três projetos dependem, agora, de votação no plenário da Assembléia Legislativa, onde serão apreciados por todos os 94 deputados. Caso sejam aprovados no plenário, deverão, ainda, ser apreciados pelo governador Mário Covas. Segundo informações do autor dos projetos, "o aval suprapartidário em todas as comissões categorias envolvidas, seus sindicatos e entidades. Precisamos realizar uma grande campanha, capaz de garantir a aprovação dos projetos no plenário e estabelecer condições favoráveis para a derrubada de um veto do Executivo, se for o caso."

DEBATE

PSICOLOGIA JURÍDICA PREPARA ENCONTRO

Os profissionais que participaram do II Congresso de Psicologia Jurídica em abril, em Cuba, estão preparando uma reapresentação do evento no Brasil, para o mês de julho. A informação é da nova representante da Associação Ibero-Americana de Psicologia Jurídica no país, Dayse Bernardi, eleita em Havana durante a realização do evento. Dayse informou também que o evento contará com a presença do presidente da Associação Ibero-Americana de Psicologia Jurídica, Juan Romero, da Espanha.

Segundo a psicóloga, a idéia da reapresentação do evento surgiu devido à importante participação da de-

legação brasileira no congresso de Cuba, que contou com profissionais de São Paulo, Recife, Maringá e Belo Horizonte e foi responsável pela apresentação de oito trabalhos. "Foi a participação mais ampla de todo o Congresso. Estamos satisfeitos com o avanço dos trabalhos em geral e com a representatividade da delegação brasileira." Ainda de acordo com Dayse, o III Congresso Ibero-Americano de Psicologia será realizado no Brasil, em 1999. Os interessados em participar do evento de julho podem procurar informações no Conselho de Psicologia ou no Sindicato com as psicólogas Dayse Bernardi e Fátima França.

ACONTECEU

CAMPINAS

O CRP participou, no dia 7 de abril, juntamente com segmentos sindicais, movimentos populares, Secretaria da Saúde e outras entidades, de evento que marcou a data, no Paço Municipal, enfatizando a defesa do SUS e seu implemento. Compareceram mais de 1.000 pessoas.

Nos meses de abril e maio, houve também reuniões com segmentos da sociedade civil em protesto contra o funcionamento de clínica dentro do espaço público, que cobra de pacientes pelos serviços de saúde prestados. Esse serviço é prestado pelos docentes de dedicação integral da Unicamp. A sociedade civil está mobilizada, forçando a clínica a encerrar suas atividades e voltar seu potencial para o atendimento público gratuito e de qualidade.

TAUBATÉ

A Subseção de Taubaté realizou, em 30 de abril, o evento "Fracasso escolar: repensando a avaliação", com palestra da conselheira Glória E.B. Pires von Buettner. O evento contou com a participação de 80 psicólogos do Vale do Paraíba, bem como de outros profissionais ligados à área educacional, além de médicos e estudantes.

RIBEIRÃO PRETO

Em 17 de abril, houve a palestra sobre Formação Profissional e Práticas Emergentes, com as conselheiras Helena de M. Hirye e Glória E.B. Pires von Buettner. O evento contou com a participação de profissionais e estudantes das universidades, além de pedagogos e profissionais de outras áreas.

EDUCAÇÃO

Legislação impede democracia participativa

NOVA LDB DEIXA EDUCAÇÃO À MERCÊ DE ADMINISTRADORES E NÃO MENCIONA PAPEL DA PSICOLOGIA

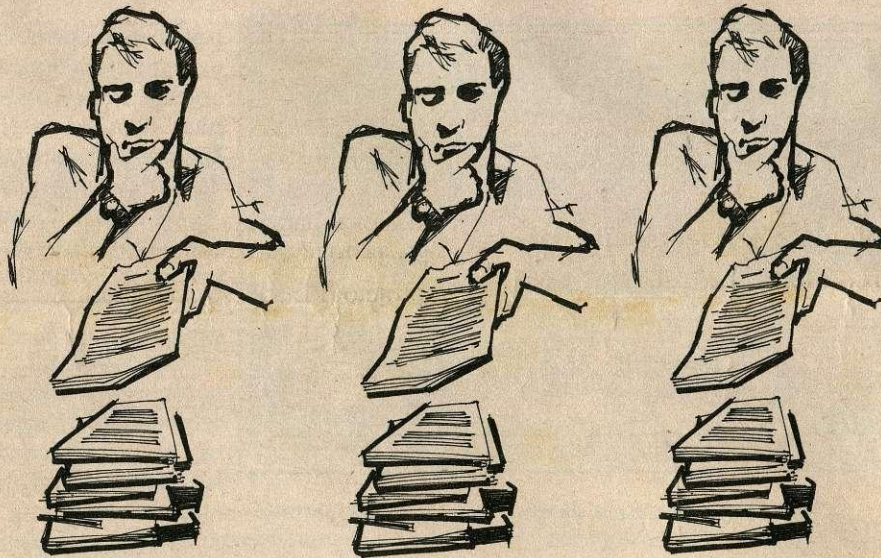
A nova LDB, aprovada em dezembro de 1996, não é baseada na concepção da democracia participativa e sim representativa. Ou seja, a proposta inicial de que a comunidade educacional participasse do Conselho Nacional de Educação com poder deliberativo ficou fora do texto final da lei. Assim, a comunidade participará do Conselho, dará assessoria ao Ministério da Educação, mas não terá poder decisório. Com isso, o governo mantém, com exclusividade, o direito de definir as políticas educacionais do País.

A LDB é analisada pelo educador Dermeval Saviani em seu recém-lançado livro "A Nova Lei da Educação: Trajetória, Limites e Perspectivas". Saviani discorda das limitações impostas pela nova legislação à participação efetiva da comunidade educacional nas decisões do Conselho e afirma que "a lei é aberta e minimalista para não criar entraves às políticas definidas pelo MEC".

Autor de um projeto que chegou a travessão de poder do MEC com a comunidade, mas, com a nova LDB, essa perspectiva desaparece e a educação fica à mercê dos administradores de plantão. Como observa Saviani, "o problema é a descontinuidade que ocorre com a mudança de cargos".

"A educação deve ser pensada a médio e longo prazos, não pode ficar refém da conjuntura, e esse vaivém não permite a adoção de políticas duradouras", diz. O professor, entretanto, vê alguns pontos positivos na nova LDB. A obrigatoriedade do repasse imediato dos recursos para as escolas responde aos atrasos constantes que vinham ocorrendo, observa Saviani. Além disso, a nova lei estabelece o que são despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino e que, portanto, devem ser cobertas com recursos destinados à educação. Melhoria de estradas, asfaltamento em frente a escolas e merenda escolar, por exemplo, estão fora desse critério; transporte escolar e material didático estão dentro, bem como construção e administração de escolas. Esses aspectos, na opinião de Saviani, são positivos.

Outro ponto positivo, segundo o educador, é a inclusão da educação infantil no sistema público. Isso significa que haverá um controle público sobre as escolas privadas e estas terão um prazo para se integrar às regras estabelecidas. Para a população, a vantagem é que a nova lei permite ao Estado aplicar punições em caso de não cumprimento de suas determinações. Cabe punição, por exemplo, se a escola não ofere-



cer infra-estrutura adequada ou se tiver condições precárias de ensino.

Quanto ao ensino superior, Saviani expressa, de forma sucinta, sua opinião: "A ensino oferecido em diferentes partes".

O ideal, diz ele, seria um sistema nacional articulado com orientações claras e responsabilização das várias instâncias. Da forma como está, Estados e municípios continuam dependentes da esfera federal, constata o professor. De modo geral, Saviani considera que, "mais uma vez, a iniciativa privada ganhou a batalha". E não porque os privatistas tenham dado o tom, explica ele, "mas porque a política global da educação, hoje, se pauta pela iniciativa privada".

Sobre o ensino profissionalizante, Dermeval Saviani observa que são feitas apenas afirmações genéricas sem que sejam definidas as atribuições. Ou seja, "quem vai fazer o quê". Além disso, há um decreto recente do MEC desvinculando o ensino médio técnico do ensino geral, o que significa que, na formação científica, não mais estará inserida a formação profissional. A mudança – possível porque a LDB deixou o tema em aberto –, na opinião do educador, cria uma dualidade: o ensino médio só vai preparar para a universidade e o outro só será profissionalizante.

O vetor básico da política federal, reconhece Saviani, "é a redução de custos". "A orientação predominante é neoliberal; o governo quer transferir os investimentos e as responsabilidades para a iniciativa privada e isso fragiliza a educação, que é, por definição, de caráter público, já que é de interesse público."

ganizados de tal forma que, ao final do ensino médio, o educando demonstre domínio dos conhecimentos de filosofia e de sociologia necessários ao exercício da cidadania". O caminho para superar a exclusão da psicologia, na opinião de Saviani, é a atuação dos psicólogos na fase que começa agora, quando Estados e municípios vão tratar de se adaptar às determinações da nova LDB. "Cada segmento pode analisar o texto da lei, verificar em que grau ela é omissa e tentar influir na aplicação de formulações mais adequadas", diz o educador.

O psicólogo Odair Sass, ex-presidente do CRP, não acredita que a psicologia seja incluída nos currículos escolares, já que não é mencionada na lei, e defende que o CRP questione a Secretaria Estadual de Educação (SP) sobre o assunto. Ele acha que, a partir desse questionamento, o CRP pode reivindicar a inclusão da psicologia no currículo escolar.

A promulgação da lei, diz ele, deve ensejar a organização de fóruns para debater o papel da psicologia na educação. "É preciso esclarecer as posições que a psicologia deve assumir na garantia da educação gerados na escola, pondera Sass. A LDB oferece a oportunidade para que os profissionais reavaliem essa atuação e apresentem novas possibilidades de inserção da psicologia no campo educacional. Afinal, questiona ele, "a psicologia tem a ver com a implantação do sistema escolar, com a definição do modelo de educação infantil, ou só está nas escolas para apagar incêndios"?

Psicologia ficou de fora

A psicologia, ao contrário da filosofia e da sociologia, está fora da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O único momento em que se presente a pressor titular do Departamento de Filosofia e História da Educação da Unicamp, acha compreensível que não haja referências específicas à psicologia, mas admite que, se há menção à filosofia e à sociologia, poderia ter sido incluída também a psicologia.

Em seu artigo 36, a nova LDB determina que "os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação (do ensino) serão or-

Informe publicitário

O Instituto Sedes Sapientiae estará com inscrições abertas a partir do dia 16/06/97 para os cursos de especialização e aperfeiçoamento com início em agosto/97.

Cursos oferecidos

PSICODRAMA

FORMAÇÃO REICHIANA

CLÍNICA PSICANALÍTICA DO ENVELHECIMENTO

PSICOTERAPIA E PROFILAXIA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Cursos de Expansão Cultural

Cursos em várias áreas de saúde mental e filosofia com a duração de um (1) semestre também serão oferecidos a partir de agosto de 97. Inscrições também a partir de 16/06/97.

Maiores informações e folheto na Secretaria do Instituto, à Rua Ministro Godoi, 1.484, sala 21 - Perdizes. Tel.: (011) 262-8024, de segunda à sexta, das 8h às 21h, ou pelo E-mail: sedes@ax.apc.org

SAÚDE

Ato público exige regulamentação de planos de saúde

Em ato público realizado no dia 14 de maio, às 12h, em frente ao teatro Municipal de São Paulo, 20 entidades ligadas à área da saúde defenderam a regulamentação dos planos de saúde, para que passem a dar cobertura a todas as doenças. Segundo informações do conselheiro do CRP-06 Floriano Nuno Pereira de Barros Filho, presente à manifestação como representante dos psicólogos, “já existe uma lei estadual que obriga as empresas de saúde a fazer isso, mas ela está sustada por determinação do Supremo Tribunal Federal, em atendimento a uma ação das empresas em que argumentam que o assunto deve ser tratado no âmbito federal”.

Teoricamente isso não deveria representar nenhum entrave, já que existem diversos projetos que tratam do assunto tramitando na Câmara dos Deputados em Brasília. Além disso, o Conselho Nacional de Saúde também já aprovou proposta que prevê essa obrigatoriedade para os planos de saúde e deverá encaminhá-la para a Câmara a fim de que seja incorporada aos outros projetos já em discussão. Este encaminhamento está na dependência da homologação do ministro da Saúde Carlos Albuquerque. “Na verdade, o assunto ainda está pendente por falta de vontade política, pois o atual ministro da Saúde, Carlos Albuquerque, está ciente da importância do assunto, já que era conselheiro do Conselho Nacional de Saúde quando da aprovação da proposta que prevê o benefício”, disse Barros Filho.

Além do Conselho de Psicologia, também organizaram o evento os demais Conselhos Profissionais de Saúde, o Fórum Estadual de ONGs, o Fórum de Patologias, Entidades Médicas, Sindicatos de Saúde e Órgãos de Defesa do Consumidor. Durante a realização do ato público, foi distribuída a seguinte carta aberta à população:



Ato público em frente ao Teatro Municipal de São Paulo

“Os planos de saúde devem cobrir todas as doenças”

Hoje, cerca de 40 milhões de brasileiros têm planos de saúde, seja através da medicina de grupo, cooperativas médicas, planos próprios de empresas ou seguros-saúde. Com exceção das seguradoras, os demais planos não estão sujeitos a nenhum controle do poder público, ou seja, não são regulamentados por lei específica.

Por causa disso, são muitos os abusos praticados pelos planos de saúde. Certamente você já foi vítima ou conheceu alguém que foi lesado por um plano de saúde e teve o atendimento negado por causa de contratos que só favorecem a empresa.

Os planos, por exemplo, não cobrem doenças que você contraiu antes da assinatura do contrato. Também se negam a atender doenças crônicas, como os pacientes renais crônicos e diabéticos, ou as infecto-contagiosas, como os portadores do HIV e Aids. É comum, ainda, o paciente descobrir, no leito hospitalar, que não pode ficar mais internado pelo plano, pois há limitação de tempo de internação, principalmente em UTI. Ou

paga o preço particular ou é transferido para o sistema público, o SUS, que, bem ou mal, é quem atende todo mundo no final das contas.

Os abusos dos planos não param por aí: reajuste de mensalidade na hora que bem entendem, negação de exames, troca de médicos e hospitais credenciados sem consulta ao usuário, cancelamento de contrato sem dar satisfação são

outros absurdos bastante comuns.

Há muito tempo, diversas entidades se uniram para lutar contra a enrolação dos planos de saúde, que ganham muito dinheiro às custas de não atender a todas as doenças. Quem comprou a briga primeiro foi o Conselho Federal de Medicina, em 1993, com uma resolução que obrigava os planos a dar cobertura universal. Só que não tinha

valor de lei, apesar de ter permitido importantes vitórias a favor dos pacientes. Recentemente, o governador Mário Covas sancionou lei semelhante, que obrigava os planos a atender tudo, mas o Supremo Tribunal Federal suspendeu a lei, alegando que ela tem que sair da esfera federal, de Brasília, onde é grande a influência dos donos de planos de saúde.

E é para isso que estamos lutando: por uma lei federal que faça com que os planos atendam a todas as doenças. O texto da lei que a sociedade quer já está pronto. Foi aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, que tem representantes de todos os segmentos que lidam com a saúde. Agora só falta política do governo federal. Participe desta campanha, enviando fax ao seu deputado e senador: “Quero a regulamentação dos planos de saúde, para que atendam a todas as doenças”.

Fórum Estadual de ONGs; Fórum de Patologias; Entidades Médicas; Conselhos Profissionais de Saúde; Sindicatos da Saúde; Órgãos de Defesa do Consumidor.

Atenção Psicólogo!

De acordo com decisão de reunião da Assembléia da Políticas Administrativas e Financeiras (Apaf), realizada em Brasília, em 18 de abril, solicitamos a todos os profissionais inscritos no CRP-06, **que tiveram recusados atestados psicológicos fornecidos para efeito de licença-saúde**, que entrem em contato com este Conselho para informar-nos sobre o caso detalhadamente, evidenciando em que situação ocorreu a recusa e os motivos alegados.

Tal medida está sendo adotada em todos os Conselhos Regionais e tem por finalidade fornecer os elementos necessários para que os Conselhos Regionais e Federal possam tomar medidas para o reconhecimento legal deste instrumento da psicologia.

Os Conselhos necessitam dessas informações até o dia 30 de junho, para que possam organizar um cronograma de trabalho

JORNAL DO
CRP
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
6. REGIAO

Rua Borges Lagoa, 74
Fone: (011) 574-7133
Fax: (011) 575-0857
CEP: 04038-004 - São Paulo - SP

IMPRESSO

